



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JOSÉ KÉSSIO FLORO LEMOS**

**A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: AS RELAÇÕES  
ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O GOLFO PÉRSICO DE 1945 AO PRESENTE**

**JOÃO PESSOA  
2016**

**JOSÉ KÉSSIO FLORO LEMOS**

**A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: AS RELAÇÕES  
ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O GOLFO PÉRSICO DE 1945 AO PRESENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco

**JOÃO PESSOA  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L557g Lemos, José Késsio Floro

A geopolítica do petróleo [manuscrito] : as relações entre os Estados Unidos e o Golfo Pérsico de 1945 ao presente / José Késsio Floro Lemos. - 2016.

54 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco, Departamento de Relações Internacionais".

1. Estados Unidos. 2. Política externa. 3. Golfo Pérsico. 4. Petróleo. 5. Geopolítica. I. Título.

21. ed. CDD 327.73

JOSÉ KÉSSIO FLORO LEMOS

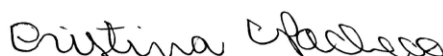
A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: AS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O  
GOLFO PÉRSICO DE 1945 AO PRESENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Programa de Graduação em Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Relações Internacionais.

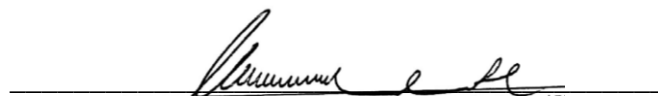
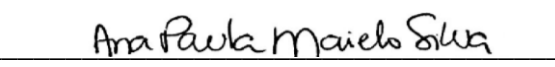
Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em: 12/02/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
Prof. Dra. Ana Paula Maielo Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À memória da minha amada vó, Maria Inês, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste sonho, externo a minha honrosa gratidão, especialmente:

A Deus, por dar significado, razão e sentido a tudo que faço. A Ele seja minha reverência, glória, louvor e eterna gratidão.

À minha preciosa, amada e imprescindível família. Nada seria possível sem o carinho, atenção e investimento de vocês.

Aos meu queridos amigos, companheiros de caminhada, por toda ajuda incondicional. Vocês foram anjos designados por Deus para me abençoar.

A todo o corpo docente do curso de Relações Internacionais, pela rica transferência de experiências. Vocês são inspiradores.

À Professora Cristina Pacheco, pela orientação, pelo aprendizado e apoio em todos os momentos necessários. Obrigado.

A todos os funcionários do Campus V: bibliotecários, técnicos administrativos e seguranças, pelo zelo no serviço.

A José (da Xerox), por toda boa vontade. Sua prestatividade foi espetacular.

À dona Eva e o seu esposo, pelo carinho, apoio e alegria. A simpatia de vocês iluminou os meus dias.

Finalmente, a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção, o meu honrado agradecimento.

## RESUMO

É significativa a literatura que associa a instabilidade política do Oriente Médio ao ativo engajamento político e militar dos EUA no Golfo Pérsico. Aos olhos dos estadunidenses, as enormes reservas de petróleo disponíveis na região são consideradas elementos estratégicos para os interesses políticos e econômicos do país. Estimulado por esse cenário, o presente trabalho se propõe a analisar a relação entre o petróleo, a política externa estadunidense e a configuração geopolítica do Golfo Pérsico, de 1945 até o presente, procurando identificar como a influência do petróleo na política externa estadunidense tem afetado na configuração geopolítica do Golfo Pérsico. O caminho utilizado para alcançar esse objetivo, é a investigação da relação dos EUA com os três principais produtores de petróleo do Golfo Pérsico: Arábia Saudita, Irã e Iraque. Ao enfatizar a narrativa histórica, o estudo foca em momentos chave nos quais a política externa estadunidense influenciou na configuração geopolítica do Oriente Médio. Os momentos analisados são: a) Choque do Petróleo (1973), b) A Revolução Iraniana (1979) e as c) Guerras do Golfo (1991, 2003). Por fim, o desenvolvimento de uma nova tecnologia de extração de petróleo a partir de rochas de xisto, o *tight oil*, tem potencializado a produção interna dos EUA. Segundo estimativas da IEA, até 2030 os EUA poderão se tornar autossuficientes em petróleo. Diante deste fenômeno, este trabalho lança também algumas considerações, ainda que breves, acerca das mudanças que a nova realidade energética poderá trazer à política externa estadunidense e à configuração geopolítica do Golfo Pérsico.

**Palavras-chave:** Estados Unidos. Política Externa. Golfo Pérsico. Petróleo. Geopolítica

## ABSTRACT

There are several literature linking political instability in the Middle East to the active political engagement and US military in the Persian Gulf. In the eyes of Americans, the huge oil reserves available in the region are considered strategic elements to the political and economic interests of the country. Spurred on by this scenario, the present study aims to analyze the relationship between oil, US foreign policy and geopolitical configuration of the Persian Gulf, from 1945 to the present, trying to identify the influence of oil in US foreign policy has affected the geopolitical configuration of the Persian Gulf. The path used to achieve this goal is the investigation of the US relationship with the three major oil producers in the Persian Gulf: Saudi Arabia, Iran and Iraq. By emphasizing the historical narrative, the study focuses on key moments in which US foreign policy influenced the geopolitical configuration of the Middle East. The moments are analyzed: a) the Oil Shock (1973), b) the Iranian Revolution (1979) and c) Gulf Wars (1991, 2003). Finally, the development of a new technology for extracting oil from shale rock, the tight oil has boosted the US domestic production. According to IEA estimates, by 2030 the US could become self-sufficient in oil. Faced with this phenomenon, this paper also sheds some considerations, albeit brief, about the changes that the new energy reality will bring to US foreign policy and geopolitical configuration of the Persian Gulf.

**Keywords:** United States. Foreign Policy. Persian Gulf. Oil. Geopolitics.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Importação estadunidense de petróleo cru (1920-2014) .....	21
Figura 2 – Produção de petróleo no Irã (1973-2013) .....	26
Figura 3 - Importação estadunidense de petróleo cru do Golfo Pérsico (1971-2015) .....	41

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Países do Golfo Pérsico .....	16
Mapa 2 – Oriente Médio .....	30
Mapa 3 – Projeto de uma rede rede de gasodutos para ligar o Oriente Médio à Europa .....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CIA	Central Intelligence Agency
EUA	Estados Unidos da América
IEA	International Energy Agency
ISIS	Islamic State of Iraq and Syria
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Mdb	Milhões de barris por dia
Mtoe	Megatonelada equivalente de petróleo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>O CORAÇÃO DO PETRÓLEO MUNDIAL E A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA</b> .....	15
2.1	OS PRIMEIROS EFEITOS COLATERAIS .....	17
2.2	UMA POTÊNCIA VULNERÁVEL .....	19
<b>3</b>	<b>DO XÁ AO AIATOLÁ</b> .....	22
3.1	AS RAÍZES DA REVOLUÇÃO IRANIANA .....	23
3.2	A DOCTRINA CARTER.....	26
<b>4</b>	<b>O FIM DA GUERRA FRIA: NOVO CENÁRIO, VELHAS AMEAÇAS ...</b>	28
4.1	O GOLFO EM CHAMAS.....	31
4.2	ADEUS SADDAM.....	36
<b>5</b>	<b><i>THE AMERICAN OIL BOOM: PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS</i></b> .....	39
5.1	PODEM A ARÁBIA SAUDITA E A OPEP CONTER O <i>AMERICAN OIL BOOM?</i> .....	40
5.2	EUA, CHINA, RÚSSIA E O FUTURO DO GOLFO PÉRSICO.....	42
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	46

*“Control oil and you control nations; control food and you control the people” (KISSINGER apud GLOBAL RESEARCH, 2012).*

## 1 INTRODUÇÃO

É significativa a literatura que associa a instabilidade política do Oriente Médio ao ativo engajamento político e militar dos EUA no Golfo Pérsico. O núcleo da gravidade do petróleo mundial tem atraído a presença estrangeira na região por muito tempo. Os EUA e sua necessidade estratégica de garantir o livre fluxo do petróleo do Golfo para o mercado mundial, tem galvanizado uma participação ativa e permanente na região. Aos olhos dos estadunidenses, as vastas reservas de petróleo disponíveis no Golfo são consideradas elementos estratégicos para a economia e segurança do país. Afinal, a energia tem papel significativo para o desenvolvimento econômico global (YERGIN, 1991).

Na atualidade, a principal fonte de energia da economia global é o petróleo. Ele responde por 95% da energia destinada aos meios de transporte no mundo inteiro. É também, “um dos principais combustíveis utilizados na geração de eletricidade, além de servir de matéria-prima para uma infinidade de produtos, como os plásticos, os fertilizantes, os tecidos sintéticos e os explosivos” (FUSER, 2008, p. 37). Deste modo, o petróleo tornou-se o motor do modo de vida contemporâneo e da sociedade de consumo. A singularidade estratégica se encontra na interseção do petróleo com a dinâmica de poder mundial. Na atualidade, é impossível separar o petróleo de termos como: política externa dos EUA, poder mundial, paz, guerra, terrorismo, antiamericanismo, mercado, corporações, economia e mudanças climáticas. O petróleo está no núcleo da nossa era (YETIV, 2015, p. 02). Por isso ele tornou-se um elo de ligação entre a política e a economia. Passou a ser sinônimo de poder. E essa constatação foi reconhecida durante os tenebrosos dias da Segunda Guerra Mundial, onde o acesso ao “ouro negro” teve papel decisivo no desfecho do conflito. No entanto, as guerras mundiais do século XX foram apenas o ponto de partida que conduziram o petróleo ao posto de elemento influenciador da política internacional.

Os anos que sucederam o término da Segunda Guerra Mundial significaram um período de grande movimentação no tabuleiro da geopolítica mundial. EUA e URSS travavam um intenso embate geopolítico. Era a Guerra Fria. A manutenção do tema segurança no topo da agenda internacional, fez da preocupação com o acesso a recursos estratégicos uma constante (KLARE, 2004). Nesse processo, o acesso a recursos energéticos era de grande relevância para um possível desequilíbrio na balança de poder. Dessa forma, tornaram-se prioritários os esforços do governo norte-americano em evitar que as recém descobertas jazidas de petróleo na região do Golfo chegassem às mãos soviéticas, fato que poderia significar uma reconfiguração das relações entre os EUA e os países europeus. Estes, eram dependentes do

petróleo do Golfo. Portanto, caso a URSS passasse a controlar a “torneira” do petróleo da região, passaria a ter em mãos muito mais poder político, podendo assim, atrair importantes países para a sua esfera de influência.

Nesses termos, em 1945, um relatório do Departamento de Estado americano afirmou que o controle do petróleo do Oriente Médio seria uma fonte prodigiosa de poder político e econômico (MARSHALL, 2012; YERGIN, 2014). O relatório foi uma resposta às tensões políticas do final da guerra, e também ao rápido crescimento no consumo dentro dos EUA, que elevou a crença estadunidense de que a dependência energética do petróleo estrangeiro se tornaria inevitável. Esta percepção alertou a Casa Branca sobre a necessidade de proteger as futuras importações de petróleo do país. A estratégia escolhida consistiu no estabelecimento de um protetorado americano na Arábia Saudita e da presença militar permanente no Golfo Pérsico (YERGIN, 2014; KLARE, 2004; CRANE, 2009; BAHGAT, 2003).

Por conseguinte, “em 1956, o Oriente Médio estava dominado, não pelos britânicos nem por qualquer outro império, mas pelas estratégias dos Estados Unidos na Guerra Fria e seu compromisso com Israel” (CALVOCORESSI, 2011, p. 338). A partir de então, uma mistura de diplomacia, golpes de Estado, guerras e corrupção, fizeram da região um caldeirão de instabilidade política, econômica e social. A intervenção estadunidense no Golfo causou efeitos colaterais amargos, além de ter drenado dos EUA tempo, dinheiro e atenção.

A partir dessa constatação introdutória, este trabalho se propõe a oferecer um panorama acerca da geopolítica do petróleo, explorando a interseção entre a energia, a segurança e a política internacional. O objetivo será analisar a histórica relação entre o petróleo, a política externa estadunidense e a configuração geopolítica do Golfo Pérsico, de 1945 até o presente, procurando identificar os processos políticos que conduziram ao atual quadro geopolítico do Oriente Médio, marcado por disputas, guerras e instabilidade. Serão perseguidos os seguintes objetivos específicos: 1- Mapear a política externa estadunidense para o Golfo Pérsico a partir desses momentos históricos: a) Choque do Petróleo (1973), b) A Revolução Iraniana (1979), e as c) Guerras do Golfo (1991, 2003); 2- Detalhar as relações dos EUA com os três principais produtores de petróleo do Golfo Pérsico: Arábia Saudita, Irã e Iraque; 3- Identificar as implicações das referidas relações na atual configuração geopolítica do Oriente Médio; e 4- Levantar possíveis implicações do *oil boom* estadunidense na geopolítica do Oriente Médio.

Para o objetivo número 1, serão utilizados 3 níveis de análise, que são apontados por Nye (2009), como fundamentais para o estudo da política internacional. São eles: o nível dos protagonistas, dos objetivos, e dos instrumentos. O resultado dessas interações será utilizado na fomentação de perspectivas pertinentes ao objetivo de número 4. Ou seja, dada a importância

do petróleo nas relações entre EUA, Arábia Saudita, Irã e Iraque, o que pode-se esperar do futuro caso os EUA consigam alcançar sua meta de serem autossuficientes em petróleo?

Importante salientar que o autor reconhece a complexidade das variáveis que permeiam a geopolítica da região. Temas como o conflito árabe-israelense, fundamentalismo religioso, terrorismo e as questões sectárias, também possuem grande impacto e relevância na questão. No entanto, neste trabalho esses temas serão secundários, haja vista a limitação do escopo e a enorme complexidade de manuseá-los conjuntamente.

A despeito das motivações para a realização desta pesquisa, são diversas. Em 2015, as discussões sobre política internacional orbitaram em torno de quatro importantes acontecimentos: a baixa no preço do petróleo; a expansão do ISIS; a crise de refugiados na Europa e o acordo entre o Irã e as potências ocidentais. Todos os acontecimentos acima relatados tiveram suas raízes germinadas em um mesmo solo: o Oriente Médio. Além disso, todos resultam de conflitos e disputas geopolíticas, quase sempre, “desenhadas” pelo petróleo. Diante destes fatos, delinear a dinâmica entre o petróleo, a política externa dos EUA e o Golfo Pérsico, é um importante instrumento para a compreensão da atual configuração geopolítica do Oriente Médio. Ou seja, analisar o passado, entender o presente, para imaginar o futuro.



## 2 O CORAÇÃO DO PETRÓLEO MUNDIAL E A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Demorou meio século para os EUA consolidarem sua influência no Golfo Pérsico. Este processo foi caracterizado por um comportamento intrusivo e intervencionista, mas também por momentos de cautela e relutância por parte dos líderes do país. Durante a Segunda Guerra Mundial, tropas americanas desembarcaram na região com o objetivo de proteger a linha de suprimentos dos Aliados. Entretanto, com o fim da guerra, praticamente todas as forças militares americanas se ausentam do Golfo por mais de uma geração. O controle do comércio da região (a mais rica em petróleo do mundo) foi praticamente entregue às gigantes petrolíferas conhecidas como as Sete Irmãs<sup>1</sup>. Afinal, os “países do golfo Pérsico são responsáveis por mais de um quarto da produção mundial de petróleo e por 60% das reservas provadas, o que confere à região uma importância central no mercado mundial de petróleo e na economia global” (YERGIN, 2014, p. 296). Também é no Golfo Pérsico que fica localizado o estreito de Hormuz, “através do qual passam os navios-petroleiros em sua rota do golfo Pérsico em direção ao alto mar e aos mercados mundiais. Com cerca de 30km de largura em seu ponto mais estreito, Hormuz é o principal gargalo para o abastecimento global de petróleo” (YERGIN, 2014, p. 255). Ademais,

Cerca de vinte navios-petroleiros passam por ali diariamente, transportando mais de 17,5 milhões de barris. É o equivalente a 20% da demanda mundial — e 40% de todo o petróleo negociado no comércio mundial. Na costa norte do estreito fica o Irã. A costa sul pertence ao Omã e aos Emirados Árabes Unidos (YERGIN, 2014, p. 255).

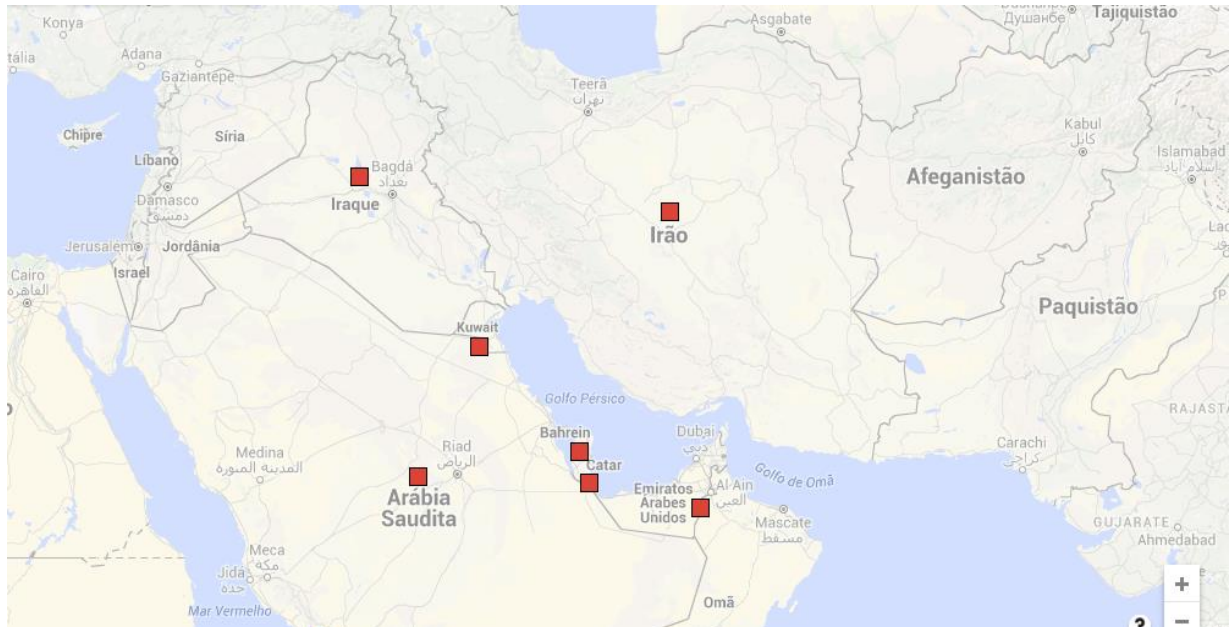
Quando os britânicos se retiraram do Golfo em 1971, coube aos EUA preencherem o vácuo de liderança deixada por Londres. Os interesses dos EUA na região do Golfo Pérsico eram simples e consistentes, e estavam ancorados em uma estratégia de dimensão global: em primeiro lugar, garantir o acesso do mundo industrializado aos vastos recursos petrolíferos da região; e, em segundo, impedir qualquer potência hostil de adquirir o controle político ou militar sobre esses recursos. Afinal, “o petróleo representa mais do que os lucros das companhias petrolíferas. O controle sobre o petróleo mundial é uma fonte sem igual de hegemonia regional e global” (JUHASZ, 2009, p. 333). Nas palavras de Paul Wolfowitz: “O significado da combinação dos imensos recursos do golfo pérsico é um só: poder” (WOLFOWITZ *apud* JUHASZ, 2009, p. 333). Nesses termos, nasceu a estratégia dos dois pilares. Alianças especiais com o a Arábia

---

<sup>1</sup> Cartel composto pelas seguintes empresas: Standard Oil of New Jersey (EXXON), Standard Oil of New York (Mobil), Standard Oil of California (Chevron), Gulf, Texaco, BP e Shell.

Saudita e o com Irã formaram as bases geopolíticas para a influência americana no Golfo Pérsico após a Segunda Guerra mundial.

**Mapa 1 – Países do Golfo Pérsico**



**Fonte: Adaptado de GOOGLE MAPS, 2016.**

No que concerne à aliança do governo americano com a família real saudita<sup>2</sup>, esta concedeu ao país a prioridade na exploração das reservas de petróleo do país, em troca do compromisso americano de garantir a segurança da monarquia árabe, tanto de inimigos externos, como de insurreições internas. Na prática, isso representava não só a presença militar estadunidense em terras estrangeiras, como também o compartilhamento de armas e tecnologia para o fortalecimento das forças militares do país<sup>3</sup> (KLARE, 2004).

No âmbito da Guerra Fria, a recusa soviética em desocupar o Irã após a Segunda Guerra Mundial<sup>4</sup>, foi considerada pelo presidente Truman como parte de um “*giant pincers movement against the oil rich áreas of the Near West*” (TRUMAN *apud* PAINTER, 1986, p. 112). A

<sup>2</sup> A *Casa de Saud* é a casa real no poder na Arábia Saudita desde a criação do país em 1932. Em 1945, o rei saudita era Abd al-Aziz Al Saud, primeiro rei do país, que governou entre os anos de 1932 e 1953.

<sup>3</sup> Conhecido como *Lend-lease*, o arranjo constitucional norte-americano aprovado em 1941, permitia o empréstimo ou arrendamento de equipamentos e suprimentos para qualquer Estado cuja defesa fosse considerada vital para a segurança dos Estados Unidos.

<sup>4</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e a URSS ocuparam o Irã alegando necessidade estratégica. Um tratado em 1942, sancionou a ocupação estrangeira, mas estabeleceu a retirada dos britânicos e dos russos para seis meses após o término dos conflitos. As tropas britânicas saíram do Irã pontualmente em 1946, mas as russas tiveram que ser forçadas a sair pelo governo iraniano.

Doutrina Truman<sup>5</sup> considerava inconcebível a instalação de regimes pró-comunista em países estratégicos e vitais à segurança norte-americana - assim como o Irã e suas ricas reservas de petróleo (YERGIN, 2014, p. 156). Deste modo, se iniciou o processo de militarização no continente. Através de golpes e intervenções, o Irã foi atraído à esfera de influência dos EUA e logo se tornou uma potência regional militar à serviço dos interesses de Washington. A relação especial entre os dois países foi selada em maio de 1972, durante a visita do presidente Richard Nixon (1969-1974) e do conselheiro de segurança nacional Henry Kissinger<sup>6</sup> a Teerã (LAWRENCE, 2008, p. 297).

Após o colapso da União Soviética, o Irã e o Iraque continuaram como alvos prioritários da agenda americana. Preservar a estabilidade e independência dos estados do Golfo e conter a ameaça do radicalismo islâmico eram objetivos diluídos nas duas grandes estratégias da política externa americana: o petróleo e a contenção<sup>7</sup>. A preocupação com a segurança de Israel também foi um fator de condução na política dos EUA no Oriente Médio. Essas duas arenas têm interagido umas com as outras nos últimos 50 anos.

A estratégia dos EUA no Golfo Pérsico garantiu a segurança energética do país nas últimas décadas. No entanto, o sentimento de vulnerabilidade que a dependência energética trouxe, guiou a Casa Branca por caminhos tortuosos. Muitos povos e governos da região sentiram-se explorados, subjugados. Em consequência, houveram retaliações. Uma delas ocorreu em 1973. O choque do petróleo que abismou o Ocidente levou os líderes americanos a usar pela primeira vez o termo “segurança energética”. Nada mais foi do que o reconhecimento explícito da natureza complexa e multidimensional no qual o ouro negro passou a navegar. O petróleo, a política e a economia agora se encontravam em uma mesma interseção.

## 2.1 Os primeiros efeitos colaterais

No ano de 1960, Venezuela, Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita criaram a OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A missão da instituição era coordenar e

---

<sup>5</sup> Um princípio da política externa norte-americana que objetivava conter o comunismo. O congresso americano votou grandes somas para fornecer ajuda militar e econômica aos países cuja estabilidade estivesse ameaçada pelo comunismo.

<sup>6</sup> Kissinger foi conselheiro de política externa de todos os presidentes dos EUA de Eisenhower a Gerald Ford, sendo o secretário de Estado dos Estados Unidos (cargo equivalente a ministro das Relações Exteriores, no Brasil), conselheiro político e confidente de Richard Nixon.

<sup>7</sup> Política que nasceu no pós Segunda Guerra, a partir de famoso artigo de X (1947) publicado na Foreign Affairs. Nele o autor defendia o argumento de que a influência soviética e a ideologia comunista deveriam ser contidas dentro de áreas ocupadas pelas forças da URSS. Posteriormente tomou-se conhecimento que o tal artigo havia sido escrito por George Kennan, acessor dos EUA que morou durante muito tempo na URSS.

unificar as políticas de petróleo entre os países membros, a fim de garantir preços justos e estáveis para os produtores de petróleo (THE ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES, 2015). Inicialmente, a criação da OPEP foi subestimada pelo Ocidente, que pareceu não presumir os possíveis efeitos que uma articulação política dos países produtores poderia trazer. No entanto, em pouco tempo a OPEP foi considerada um cartel agressivo e poderoso, capaz de abalar as economias dos países desenvolvidos.

Nos primeiros anos da década de 1970, havia uma grande insatisfação dos países árabes para com os EUA. Esta era, em parte, alimentada pelo comportamento da Casa Branca ante o conflito árabe-israelense. Em 1972, o rei saudita chegou a alertar o presidente Nixon de que se caso não mudasse sua política em relação à Palestina os EUA iriam sofrer retaliações no campo econômico. Os exportadores árabes, pela primeira vez, passaram a reconhecer o petróleo como um importante instrumento de poder. Deste modo, em 1973, “de posse da ‘arma do petróleo’, embargaram o produto para os países ocidentais em resposta ao apressado reabastecimento de armas, pelos Estados Unidos, a um Israel sitiado [e] abalado por um ataque-surpresa durante o Yom Kippur<sup>8</sup>” (YERGIN, 2014, p. 279). A intenção era forçar a Casa Branca a reduzir seu apoio político, econômico e militar a Israel. Nem mesmo o bom relacionamento de Washington com Riad foi suficiente para evitar o apoio dos xeques sauditas ao embargo árabe. Naquele momento a OPEP representava 50% da produção de petróleo mundial, o que colocava muita pressão sobre as empresas petrolíferas. Em consequência, o preço do barril de petróleo disparou e chegou a quadruplicar no início de 1974. O fornecimento internacional de petróleo entrou em choque.

Economicamente, o efeito do embargo da OPEP foi devastador. A estagnação econômica e o sentimento de insegurança começaram a assolar a economia americana. (JENTLESON, 2010, p. 172). No entanto, as consequências do embargo foram muito além de fatores econômicos, foram também políticas. A grande dependência europeia do petróleo árabe induziu os líderes do continente a pressionar Washington para que mudasse sua política em relação ao Oriente Médio (CRANE, 2009, p. 27). Todavia, os EUA decidiram não negociar com os árabes produtores de petróleo. Ao invés disso, dirigiu seus esforços diplomáticos em prol de um acordo entre Egito, Síria e Israel. Esta iniciativa diplomática resultou, em 1974, nos

---

<sup>8</sup> A Guerra começou em 6 de outubro, dia da Festa do Yom Kippur, o mais importante dia santo de Israel, quando forças egípcias cruzaram o Canal de Suez e romperam a linha de Bar Levi israelense. As tropas sírias expulsaram as tropas israelenses das Colinas de Golã, ocupadas desde a Guerra dos seis dias. A guerra durou três semanas, período em que Israel venceu as forças árabes.

acordos de *Camp David*<sup>9</sup>. Para os países árabes membros da OPEP, os acordos representaram progressos importantes na questão árabe-israelense.

Apesar do embargo ter encorajado iniciativas diplomáticas americanas no Oriente Médio, ele não atingiu todos os objetivos almejados. Os acordos de *Camp David* mantiveram a Europa e os EUA alinhados acerca das políticas para o Oriente Médio, diminuindo a pressão dos europeus sobre os líderes estadunidenses (CRANE, 2009, p. 27). Além disso, o embargo não alterou substancialmente a posição americana ante o conflito árabe-israelense. Ao perceber que os EUA não estavam dando sinais de mudança em relação à sua política para a região, a Arábia Saudita decidiu forçar a OPEP a repensar o embargo, objetivando evitar “azedar” ainda mais suas relações com os EUA (CRANE, 2009, p. 28). Por efeito, em março de 1974, o embargo foi suspenso. No seio da política americana, porém, o embargo expôs uma faceta preocupante da estrutura político-econômica do país: a condição de grande vulnerabilidade na qual o país estava inserido.

## 2.2 Uma potência vulnerável

No final da Segunda Guerra Mundial, o consumo anual de petróleo nos EUA disparou: passou de 1,8 bilhões de barris em 1945, para 5,4 bilhões em 1971. Inicialmente, grande parte desse petróleo vinha de fontes domésticas. Todavia, a partir 1955, uma parcela cada vez maior desse consumo precisou ser suprida por importações. No final da década de 1950, 10% do petróleo consumido nos EUA já era importado. Em 1973, esse percentual já estava na casa dos 30%. Deste total, 13% vinha da região do Golfo Pérsico (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015b). Percebe-se nitidamente que as sugestões feitas pelo departamento de Estado norte-americano em 1944, havia se tornado a tônica da estratégia geopolítica dos Estado Unidos para o Oriente Médio:

*In order to assure the adequacy for military and civilian requirements of strategically available reserves,” the paper read, “a broad policy of conservation of Western Hemisphere petroleum reserves should be adopted.” Instead of exporting oil from Western Hemisphere sources to markets elsewhere, the United States should promote the “substantial and orderly expansion of production in Eastern Hemisphere sources of supply, principally the Middle East. (U.S. DEPARTMENT OF STATE apud KLARE, 2004, p. 651).*

---

<sup>9</sup> As negociações realizadas por EUA, Israel, Egito e Síria, de 1973 a 1975, deu início à forte presença americana no processo de paz no Oriente Médio. Esta mediação resultou em três tratados assinados entre Israel e os dois países árabes; os acordos Sinai I e II entre Israel e Egito e o acordo de retirada entre Israel e Síria.

No entanto, a crise do petróleo de 1973 tinha “fornecido a prova de que a era da autossuficiência energética dos Estados Unidos já havia chegado ao fim” (YERGIN, 2014, p. 281). A grande potência mundial agora estava imersa em uma conjuntura de vulnerabilidade. Afinal, o choque do petróleo havia gerado “surpresa, pânico, caos, escassez e desarranjo econômico no mundo inteiro” (YERGIN, 2014, p. 281). Mais do que danos materiais, o embargo transformou-se em um trauma psicológico. O racionamento de combustível e as enormes filas formadas nos postos de venda evidenciaram uma dura realidade: a fragilidade dos EUA não estava mais sendo revelada pela URSS ou pela Europa, mas por países do chamado “Terceiro Mundo” (JENTLESON, 2010). Neste momento, o petróleo transforma-se, em definitivo, em um importante instrumento de barganha na política internacional. Devido a isso, o embargo expôs um dos principais desafios que confrontava a política externa estadunidense para o Oriente Médio: equilibrar as exigências contraditórias de um apoio irrestrito à Israel e a preservação de laços estreitos com as monarquias árabes produtoras de petróleo. (MILESTONES, 2015). A missão não era das mais fáceis.

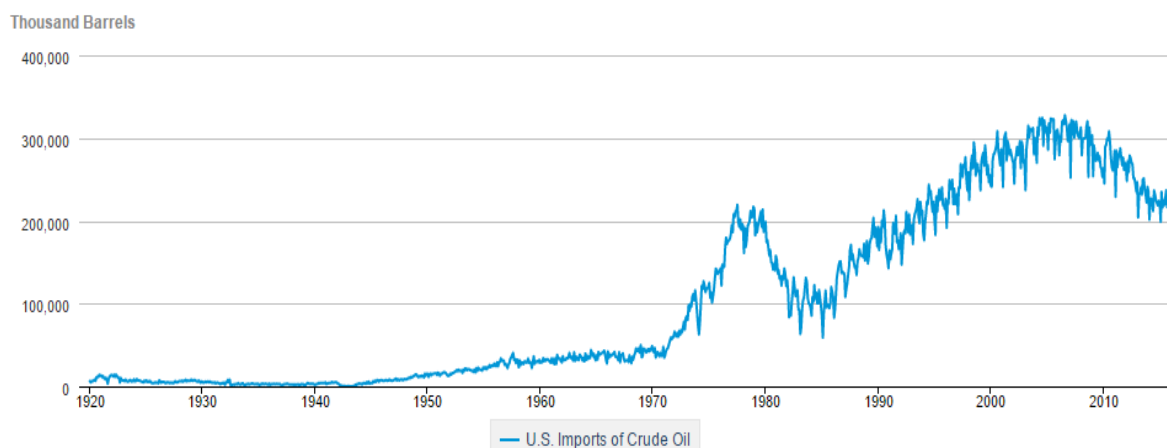
Diante desse cenário, e mais precisamente, em 25 de novembro de 1973, quatro semanas após o embargo da OPEP, Richard Nixon lança o “Projeto Independência 1980”: “*What I have called Project Independency 1980 is a series of plans and goals set to insure that by the end of this decade, Americans will not have to rely on any source of energy by beyond our own*” (NIXON, 1973). As medidas adotadas por Nixon consistiram, primordialmente, em esforços para a conservação de energia e o desenvolvimento de novas fontes domésticas (MILESTONES, 2015). A América precisava se livrar das garras da dependência estrangeira. Na ocasião, Nixon utilizou a expressão “segurança energética” pela primeira vez. A energia transformou-se em um elemento central na *retorical presidency*<sup>10</sup> norte-americana. A íntima ligação entre o petróleo, o desenvolvimento e a segurança nacional, agora, estava evidente: “*security and economic considerations are inevitably linked and energy cannot be separated from either*”, afirmou Nixon em um dos seus discursos. (NIXON, 1974).

Contudo, em termos objetivos, o Projeto de Independência 1980 não surtiu grandes efeitos. Como pode ser visto na Figura 1, a despeito dos momentos conturbados da década de 1980, que contribuíram para a diminuição da oferta no mercado mundial de petróleo, o volume das importações americana aumentou. A dependência se agravou.

---

<sup>10</sup> Teoria utilizada para descrever um estilo de comunicação e de governança dos presidentes dos Estados Unidos no século XX. Foi introduzida por cientistas políticos James Ceaser, Glen E. Thurow, Jeffrey Tulis, e Joseph Bessette, em 1981. Segundo a teoria, as mudanças no estilo da retórica presidencial são sintomas de mudanças nas concepções subjacentes dos americanos sobre como o governo deve funcionar.

**Figura 1 – Importação estadunidense de petróleo cru (1920-2014)**



**Fonte: U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015d.**

Apesar disso, a iniciativa do presidente estadunidense se tornou um marco na política energética americana, pois ela representou o reconhecimento da vulnerabilidade do país ante a dependência do petróleo estrangeiro. Logo, a expressão segurança energética não se limitou aos discursos de Nixon, mas “continuou fazendo parte do vocabulário político desde então. Todos os presidentes desde Nixon, invocaram a independência energética como um objetivo fundamental de seu governo” (YERGIN, 2014, p. 280).

A Administração Nixon também teve um papel importante na criação da Agência Internacional de Energia, proposta pelo Secretário de Estado, Henry Kissinger, em dezembro de 1973. No *International Energy Treaty*, tratado que oficializou a criação da agência, foram explicitadas “as diretrizes para um novo sistema de segurança energética elaborado para lidar com crises de abastecimento e evitar futuras concorrências prejudiciais” (YERGIN, 2014, p. 282). O acordo também “proporcionava coordenação entre os países industrializados no caso de interrupções no abastecimento e encorajava o paralelismo e a colaboração entre suas políticas energéticas” (YERGIN, 2014, p. 282). A Agência Internacional de Energia criou um modelo de segurança energética que buscou mitigar novas ameaças da OPEP. Todavia, os arranjos firmados em 1974 seriam postos à prova cinco anos mais tarde. A Revolução Iraniana, em 1979, comprometeria o abastecimento de petróleo no mundo, mais uma vez.

### 3 DO XÁ AO AIATOLÁ

O Irã é um dos países mais antigos do mundo. Localizado na região do Oriente Médio, o país faz fronteira com Turquia (Oeste), Azerbaijão, Turcomenistão (Norte), Afeganistão e Paquistão (Leste). Descendentes do império persa, os iranianos se orgulham de suas raízes e de sua história. O país é considerado o “bastião do islã xiita, o desviante tenso e estridente da ortodoxia sunita” (CALVOCORESSI, 2011, p. 377). Sua singularidade cultural alimenta a premissa de que o país faz parte do Oriente Médio, mas não faz parte do mundo árabe. No século XX, o descobrimento de enormes jazidas de petróleo transformou o país em objeto de desejo das grandes potências mundiais. As tensões alimentadas pela conseguinte interferência externa no país, acabou fomentando na década de 1970, uma das maiores revoluções sociais de que se tem conhecimento: a Revolução Iraniana.

Nos últimos meses de 1978, as ruas das principais cidades iranianas estavam imergidas no caos. A brutalidade da repressão das forças policiais do governo não conseguia deter a fúria e a determinação de um povo inconformado (COGGIOLA, 2007). Seu líder, o Xá<sup>11</sup> Reza Pahlevi (1941-1979), era acusado de exaurir as riquezas do país através de um reinado luxuoso, e de seu ambicioso projeto de militarização do país. Além disso, o Xá sufocava brutalmente qualquer oposição ao seu governo através de uma temível polícia secreta – a SAVAK. Todavia, em 1979 a insatisfação popular ultrapassou as fronteiras do poderio repressor de Pahlevi, transformando-se em uma revolução. Liderados pelo carismático aiatolá<sup>12</sup> Khomeini, os revoltosos tomaram o poder e criaram um novo governo alicerçado no Islã. A revolução tinha como núcleo a saturação do choque entre os princípios islâmicos e a secularização ocidental. Afinal, as reformas sociais realizadas por Pahlevi foram vistas pelos religiosos como uma tentativa de ocidentalizar o país às custas do enfraquecimento do islã. (JANUARY, 2008). Para Khomeini, “as modernas relações internacionais guiadas pelos procedimentos adotados em Vestefália, repousavam sobre fundamentos falsos porque ‘as relações entre nações deveriam se apoiar em bases religiosas’ e não sobre os princípios do interesse nacional” (KHOMEINI *apud* KISSINGER, 2015, p. 100). Ademais, a “aversão de Khomeini pelo Xá, que o exilara em 1963, era semelhante ao seu ódio por Israel e pelos Estados Unidos” (YERGIN, 2014, p. 311). Este último, passou a ser tratado como o inimigo implacável – o “Grande Satã”.

---

<sup>11</sup> Título de Monarca herdado do império persa; o Rei iraniano.

<sup>12</sup> Líder religioso dos muçulmanos xiitas. Para eles o aiatolá é o detentor do maior conhecimento acumulado pelo universo muçulmano, daí esta expressão ter o significado de “sinais de Alá”, ou seja, “sinais de Deus”.



Alguns meses após sucumbir e fugir do país, Pahlevi foi recebido nos EUA para realizar o tratamento de um câncer. No Irã, o ato foi visto como uma tentativa do Xá de retomar o poder com a ajuda do governo americano. Em resposta, grupos revoltosos tomaram a embaixada dos EUA em Teerã, fazendo 52 diplomatas americanos reféns por mais de um ano<sup>13</sup>. As tensões entre os dois governos chegaram à níveis alarmantes. Os discursos inflamados de Khomeini prendiam a memória dos iranianos a um passado recente, no qual a CIA e o serviço secreto britânico, planejaram o golpe que colocou o Xá no poder. O golpe ficou conhecido como Operação Ajax.

### 3.1 As raízes da Revolução Iraniana

O governo que precedeu a ditadura de Reza Pahlevi era encabeçado por Mohammed Mossadegh (1951-1953)<sup>14</sup>. Adepto do nacionalismo árabe, Mossadegh chocou o Ocidente ao nacionalizar o petróleo iraniano, em 1951. Na época, a britânica *Anglo-Iranian Oil Company* “detinha o monopólio dos campos de petróleo comprovados do Irã, e da qual o próprio governo britânico possuía uma quantidade considerável de ações” (CALVOCORESSI, 2011, p. 378). A nacionalização chocou a imprensa ocidental. Executivos ingleses que trabalhavam no país foram expulsos, revoltando o governo britânico. Uma crise logo se instaurou. As relações diplomáticas entre os dois países foram suspensas. Na busca por uma solução, os ingleses levaram o caso para o Tribunal de Justiça de Haia. Com o apoio dos russos, Mossadegh assegurou que a questão era assunto de política interna, e que a autodeterminação do povo iraniano deveria ser respeitada. Tal discurso foi bem recebido pelo Tribunal, que acabou concluindo que não tinha competência para julgar a denúncia da Grã-Bretanha. Mediante o fracasso britânico no Tribunal de Haia, os EUA procuraram tomar proveito da situação, e se envolveram diretamente nas negociações.

---

<sup>13</sup> A cobertura constante da mídia serviu como um pano de fundo desmoralizante para a corrida presidencial de 1980. A incapacidade do presidente Carter em resolver o problema, o fez parecer um líder fraco e ineficaz. Ao mesmo tempo, seu foco intenso em resgatar os reféns o manteve longe da campanha eleitoral. O candidato republicano, Ronald Reagan, aproveitou-se das dificuldades de Carter. Circularam rumores de que a equipe de campanha de Reagan havia negociado com os iranianos para que os reféns não fossem libertados antes da eleição, um evento que certamente teria dado um impulso crucial à Carter. No dia da eleição, um ano e dois dias após a crise dos reféns começar, Reagan derrotou Carter. Em 21 de janeiro de 1981, apenas algumas horas depois de Ronald Reagan proferir seu discurso inaugural, os reféns foram liberados. Eles permaneceram em cativeiro por 444 dias.

<sup>14</sup> Primeiro iraniano a receber o título de Doutor em Direito por uma universidade europeia - Universidade de Neuchâtel, na Suíça. A revista Times o elegeu o homem do ano em 1951. Ele inspirou grupos nacionalistas por toda a região.

Consequentemente, o governo britânico articulou um intenso embargo ao petróleo iraniano. A ativa participação dos países ocidentais no boicote deixou a economia do Irã à beira da ruína. Os cofres vazios acabaram gerando grande instabilidade social no país. Houve confrontos entre os grupos pró-Xá e os que apoiavam Mossadegh. Em Washington, o presidente americano Eisenhower “foi convencido pelo escritório da CIA em Teerã [...] que o Irã estava entrando em ebulição e prestes a cair na órbita soviética, o que poderia significar uma crise no abastecimento de petróleo” (COGGIOLA, 2007, p. 14). Logo, Eisenhower decidiu agir.

Em 19 de Agosto de 1953, provocadores pagos com dólares e oficiais comprados com promessas de cargos marcharam à casa de Mossadegh. O primeiro-ministro fugiu e o escolhido dos britânicos, general Zahedi, assumiu em seu lugar. O Xá, que se encontrava refugiado em Roma desde o início da instabilidade política, foi chamado para retornar. O papel dos EUA no golpe, conhecido internamente na CIA como “Operação Ajax”, só se tornaria público décadas depois do fato consumado” (COGGIOLA, 2007, p. 15).

Deste modo, em 1953, Reza Pahlevi assumiu o controle do país. Rapidamente ele conseguiu reestabelecer a ordem política e social. Sem demora, Eisenhower (1953-1961) foi à Teerã afim de reorganizar o setor petrolífero iraniano. Foi dele a iniciativa de organizar uma conferência internacional que, em dezembro de 1953, levou à criação de um consórcio controlado por grandes empresas estrangeiras – britânicas, americanas e francesas. O acordo concedia a divisão igualitária dos lucros entre as empresas e o governo iraniano. Nos anos seguintes, o setor petrolífero do Irã teve grande desenvolvimento. Logo, o petróleo do país voltou a circular pelo Ocidente.

Ao restituir o Xá ao trono, em 1953, os EUA puderam instrumentalizar o Irã como uma força estabilizadora do Golfo Pérsico. Por causa da Guerra do Vietnã (1959-1975), o envio de forças navais e tropas para a região tornou-se inviável. Portanto, o preenchimento do vácuo militar no Golfo precisou ser realizado por outros meios (HAKES, 2008). A estratégia foi tornar o Irã seu mais forte aliado militar no Oriente Médio. Para isto, a indústria bélica norte-americana passou a direcionar cada vez mais armamentos para o país. Entre os anos de 1973 e 1978, a venda de armas para o Irã representou cerca um terço de todas as vendas realizadas pelos EUA. As transações movimentaram mais de 2 bilhões de dólares por ano. (YETIV, 2008, p. 31).

A importância geopolítica do Irã incluía suas fronteiras com a URSS e com o Iraque. Os EUA temiam que o Iraque pudesse ameaçar tanto Israel como os campos de petróleo do Kuwait e da Arábia Saudita (HAKES, 2008, p. 91). Entre 1972 e 1979, a estratégia americana de militarizar o Irã foi bem-sucedida. A presença de uma força militar abastecida e apoiada

pelos americanos possibilitou a contenção da influência Soviética no Golfo, que estava materializada em sua aliança com o Iraque (YETIV, 2008, p. 33-34). Vale dizer, os EUA usaram o Irã para conter o Iraque, evitando que a influência soviética alcançasse os demais países do Golfo.

Apesar do êxito momentâneo, o aspecto negativo da ingerência americana no Irã seria enorme (STONES, 2015). O suporte da Casa Branca ao desastroso governo do Xá, acabou revoltando os cidadãos de um país até então orgulhoso. A retaliação pode ter levado mais de 25 anos para se manifestar, mas, em 1979, ela aconteceu. Farto de eleições fraudadas e da repressão da SAVAK<sup>15</sup>, o povo se revoltou e acolheu a revolução islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini, destituindo o Xá do poder. O golpe iraniano contaminou as relações americanas com o povo iraniano por mais de 35 anos (STONES, 2015).

Não obstante, a Revolução Iraniana transbordou as fronteiras do país e acabou comprometendo a relação com o seu vizinho Iraque. O apoio da recém-criada República Islâmica do Irã à parcela xiita que habitava o Sul do Iraque, foi vista por Saddam Hussein como uma intervenção externa contra a soberania do país. O governo de Saddam era secular e sunita, portanto, Saddam enxergava o governo xiita iraniano com grande desconfiança. Logo, as relações entre Irã e Iraque começaram a se deteriorar. Em 22 de setembro de 1980, os dois países entraram em guerra.

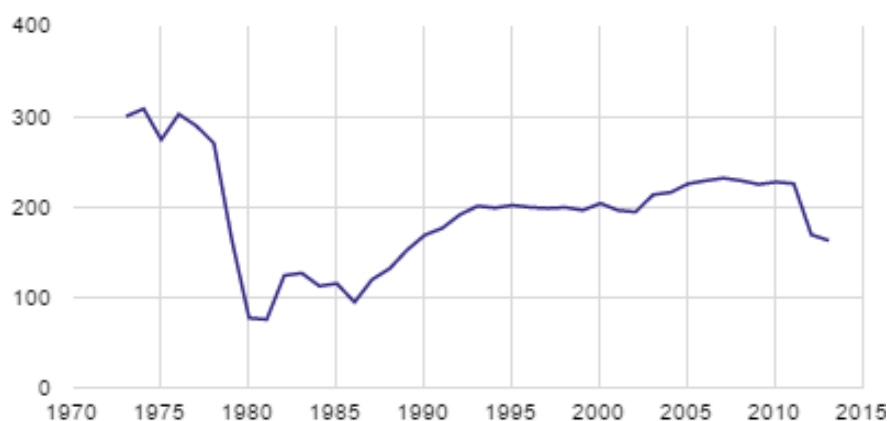
Em consequência, a revolução iraniana e a guerra Irã-Iraque provocaram a queda na produção de petróleo e o aumento substancial nos preços do produto. O Irã era o segundo maior produtor de petróleo do mundo – atrás apenas da Arábia Saudita. Dos 5,5 milhões de barris produzidos por dia, 4,5 milhões eram exportados. Em novembro de 1978, durante a revolução, uma grande greve nacional fez a produção iraniana cair para menos de um milhão de barris por dia (YERGIN, 1991, p. 678). Não obstante, com a ascensão de Khomeini ao poder, o novo governo decidiu anunciar que o país não negociava mais com o consórcio de empresas ocidentais, e que não firmaria contratos de logo prazo, mas ofereceria seu produto no “mercado livre” à preços mais altos dos que o da OPEP (COGGIOLA, 2007, p. 48). O controle da indústria petrolífera iraniana, mais uma vez, foi tirado das mãos das empresas ocidentais. Técnicos e funcionários estrangeiros tiveram que deixar o país. Consequentemente, a produção

---

<sup>15</sup> A Savak (*Sazeman-i Ettelaat va Amniyat-i Keshvar*) foi a Organização Nacional de Inteligência e Segurança do Irã. Formado sob a orientação de Estados Unidos e por oficiais de inteligência israelenses, em 1957, a Savak é o principal símbolo do regime do Xá (1963-79) - lembrado pela corrupção, partido único, tortura e execução de milhares de presos políticos, repressão da dissidência, e pela alienação das massas religiosas. Os Estados Unidos reforçaram a sua posição como protetor e defensor do Xá, semeando as sementes do antiamericanismo que, mais tarde, manifestou-se na revolução contra a monarquia.

de petróleo despencou (ver Figura 2). A guerra contra o Iraque (1980-1988) também afetou a indústria iraniana. A invasão de Saddam Hussein ao país, em 1980, resultou em “prejuízos ao transporte no Golfo e o fechamento, por parte do Irã, do Estreito de Hormuz” (CALVOCORESSI, 2011, p. 389).

**Figura 2 - Produção de petróleo no Irã (1973-2013) (em Mtoe)**



**Fonte: International Energy Agency, 2015**

Como exposto na Figura 2, a indústria de petróleo iraniana nunca mais foi a mesma desde a Revolução de 1979. O fim da guerra contra o Iraque em 1988, possibilitou ao país até ganhar um novo fôlego. No entanto, as sanções internacionais aplicadas após 1979, e a falta de investimentos estrangeiros na indústria petrolífera local, tem impedido o país de alcançar os mesmos níveis de produção conseguidos no período pré-revolução.

### **3.2 A Doutrina Carter**

As reviravoltas ocorridas na década 1970, elevaram a importância geopolítica do Oriente Médio. O choque do petróleo, a revolução iraniana, o sequestro dos diplomatas americanos e a invasão soviética no Afeganistão - em finais de 1979 (que será visto mais a frente), provocaram uma remodelação na política externa americana para a região. Em janeiro de 1980, Jimmy Carter foi enfático ao alertar que os EUA usariam a força, caso houvesse alguma tentativa de impedir o fluxo de petróleo na região do Golfo Pérsico. Nascia, portanto, a Doutrina Carter. Esta, significou um “esforço da Casa Branca para retomar a iniciativa política no Oriente Médio e marcar uma atitude de firmeza dos EUA diante um duplo desafio: 1)

assegurar o controle das reservas de petróleo do Golfo Pérsico, e 2) reagir à ação militar da URSS na Ásia Central” (FUSER, 2006, p. 27).

Até o final da década de 1970, o controle do fluxo de petróleo no Golfo era feito através de meios indiretos, sem empregar diretamente o uso de força militar. Os *policymakers* estadunidenses haviam se apoiado em “uma ambígua parceria com a Grã-Bretanha e, depois, na aliança com o Irã e a Arábia Saudita – a estratégia dos ‘Dois Pilares’” (FUSER, 2006, p. 27). Contudo, a missão agora não era das mais fáceis. Afinal, todo “o sistema político-militar iraniano, apoiado pelo imperialismo ocidental desde 1953, ruíra” (COGGIOLA, 2007, p. 38). Os EUA e o Ocidente haviam perdido um de seus aliados mais estratégico na região. Afinal, o Irã era uma importante fonte de petróleo tanto para os EUA, como para a Europa e o Japão.

Dessa forma, a Doutrina Carter objetivou garantir o abastecimento do petróleo do Golfo para o Ocidente, além de conter um possível efeito dominó, já que o êxito da Revolução Iraniana poderia inspirar outros movimentos de emancipação política na região. Sendo assim, Carter “assinalou uma mudança na política de segurança em relação ao Golfo Pérsico, que passou a ser encarado como uma região prioritária, destinada a ficar sob o controle e a proteção direta dos EUA” (FUSER, 2006, p. 28). Ademais, a invasão da URSS no Afeganistão, em 1979, aterrorizou os estrategistas americanos. Na visão deles, esse poderia ser o primeiro passo para a expansão da influência soviética no Golfo Pérsico. Caso a ofensiva soviética prosseguisse, dando aos soviéticos o controle sobre as vastas reservas de petróleo do Golfo, isto poderia significar um grande aumento da influência comunista na Europa e no Japão, já que estes eram mais dependentes do petróleo do Golfo do que os próprios americanos (HAKES, 2008, p. 93). Devido a isto, como percebido nas palavras do presidente Carter, a reação norte-americana foi enfática:

Vamos deixar absolutamente clara a nossa posição: qualquer tentativa de uma força externa de obter o controle da região do Golfo Pérsico será considerada um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e esse ataque será repellido por todos os meios necessários, inclusive a força militar (CARTER *apud* FUSER, 2006, p. 28).

Portanto, o anúncio da Doutrina Carter, mais do que nunca, definiu o petróleo do Golfo como elemento vital para os interesses dos EUA no Golfo Pérsico. A predisposição de agir militarmente caso o seu fluxo fosse interrompido, foi uma mensagem clara, direcionada àqueles que haviam desafiado o poderio americano na década anterior: OPEP, Irã e URSS. O presidente americano Jimmy Carter deixou a presidência americana em 1981. Todavia, sua doutrina permaneceu orientando os *policymakers* norte-americanos por muito tempo.

#### 4 O FIM DA GUERRA FRIA: NOVO CENÁRIO, VELHAS AMEAÇAS

No final da década de 1980, após um longo período de turbulência, o mundo foi um lugar cheio de otimismo e esperança. Guerras prolongadas e sangrentas no Afeganistão, Angola, Nicarágua, e entre o Irã e o Iraque<sup>16</sup>, estavam chegando ao fim. O líder palestino Yasser Arafat renunciava o terrorismo e reconhecia implicitamente o Estado de Israel. Além disso, em dezembro de 1988, o líder russo Mikhail Gorbachev, na Assembleia Geral das Nações Unidas, pediu uma ação conjunta para acabar com a ameaça à segurança internacional. O fim da Guerra Fria estava próximo. Tudo parecia conspirar em favor da paz e de uma nova ordem mundial. O nascimento eufórico de um mundo em via de uniformidade tanto política como econômica, poderia significar que as divergências remanescentes seriam de ordem menor e poderiam ser solucionadas diplomaticamente. O multilateralismo e as Instituições Internacionais ganharam um novo fôlego.

Todavia, a atmosfera de otimismo do pós-Guerra Fria logo começou a ser ofuscada por um velho e conhecido ator da política mundial. No final da década de 1980, os discursos do líder iraquiano, Saddam Hussein, passaram a revelar-se muito ofensivos para com os EUA e os demais países do Golfo Pérsico (YETIV, 2008, p. 69). Ademais, o uso de armas químicas, por parte de Saddam, contra a população curda do próprio país, acendeu a luz de alerta na comunidade internacional.

Vale ressaltar, que a ascensão do Iraque como uma ameaça à segurança internacional pode ser considerada um efeito colateral da própria posição americana ante a guerra Irã-Iraque (1980-1988) (BACEVICH; INBAR, 2002). Procurando ficar à margem do conflito, mas temendo uma expansão da revolução iraniana, a saída encontrada pelos *policymakers* estadunidenses foi a participação discreta e indireta no conflito. Dessa forma, Washington encorajou seus aliados à repassarem ao Iraque armas que eles mesmos compravam dos EUA. Ao mesmo tempo, o país concedeu empréstimos ao Ministério da Agricultura iraquiano, que, oportunamente, os redirecionavam para a compra de armas e para modernização de suas forças militares (BACEVICH; INBAR, 2002, p. 05).

Depois de favorecer Bagdá durante a guerra, que terminou em agosto de 1988, Washington acreditou que poderia “domesticar” Saddam Hussein oferecendo incentivos e empréstimos para a reconstrução do país, além de ajudar o regime a desenvolver um arsenal militar de alta tecnologia (DOBSON, 2006, p. 172). De acordo com um relatório do Ministério

---

<sup>16</sup> Guerra do Afeganistão (1979-1988), Guerra Civil angolana (1975-1991), A Revolução Sandinista na Nicarágua (1979-1990), Guerra Irã-Iraque (1980-1988).

da Defesa, intitulado *National Secure Review 10*, divulgado em 1989, o Iraque havia saído da guerra contra o Irã como a mais poderosa força de uma região estratégica (NATIONAL SECURE REVIEW 10 *apud* YETIV, 2008, p. 66). Por isso, o documento recomendou que os EUA criassem iniciativas políticas e econômicas que induzisse mudanças no comportamento político de Saddam Hussein (YETIV, 2008, p. 71). Nesses termos, nos primeiros meses do governo Bush, foi adotada a estratégia do “engajamento construtivo”:

*That effort was coupled by a directive from President Bush in January 1989 authorizing an Export-Import Bank line of credit that totaled nearly \$200 million to support Iraqi grain exports to the United States. The United States's incentives for Iraqi moderation had included the continuation of the Commodity Credit Corporation program, which, through the U.S. Department of Agriculture, had assured American exporters of \$1 billion in support to facilitate grain shipments to Iraq (YETIV, 2008, p. 71).*

Em outubro de 1989, todavia, a estratégia americana teve que ser reconsiderada. A aproximação com o Iraque tornou-se mais pragmática e cautelosa. Ao invés de focar os seus esforços exclusivamente na reconstrução econômica do pós-guerra, o Iraque usou o apoio econômico americano<sup>17</sup> para fins militares, alimentando, até mesmo, sua pretensão de ser uma potência nuclear (YETIV, 2008, p. 75). A situação começou a adquirir traços dramáticos a partir de fevereiro de 1990. Na ocasião, Saddam expôs sua visão do Oriente Médio e do mundo na nova conjuntura pós-Guerra Fria, atribuindo aos Estados Unidos o status de grande inimigo. Neste instante, a política do “engajamento construtivo” desmoronou.

A reviravolta nas relações com Iraque demonstrou a fragilidade dos laços políticos estabelecidos por Washington com os dois principais países do Golfo: Nixon havia apoiado o Irã como parte da estratégia dos “dois pilares”; Reagan e Bush fizeram o fluxo contrário e apoiaram o Iraque com o intuito de conter o Irã pós-revolucionário. Agora, os dois países eram inimigos dos EUA. Além disso, o incentivo americano ao Iraque durante o “engajamento construtivo” fez com que o equilíbrio de poder entre os Estados árabes do Oriente Médio fosse rompido. O voto de confiança depositado em Saddam Hussein foi um tiro pela culatra.

Dessa forma, no começo da década de 1990, não restavam dúvidas que os EUA permaneceriam intimamente envolvidos no Oriente Médio. O país não poderia abrir mão de sua incumbência de garantir o livre fluxo de petróleo do Golfo para a economia global, nem pôr em risco sua relação com Israel e os demais aliados da região (DOBSON, 2006, p. 171). Afinal, o clima era de insegurança, especialmente mediante a ascensão da nova ameaça. Bush logo teria

---

<sup>17</sup> Segundo a mesma fonte citada, estima-se que os EUA forneceram cerca de \$ 5,5 bilhões em empréstimos ao governo iraquiano.

a oportunidade de demonstrar a pretensão americana de permanecer como liderança na região, adotando uma estratégia de "contenção abrangente". Para além da proposta da contenção do comunismo, implementada após a Segunda Guerra Mundial, esta, se propõe a impedir a ascensão de qualquer potência regional hostil aos interesses americanos, mais adequada ao novo contexto internacional do pós-Guerra Fria.

**Mapa 2 – Oriente Médio**



Fonte: GOOGLE MAPS, 2016.

Não obstante, a proeminência do petróleo do Oriente Médio na estratégia de segurança nacional norte-americana não havia diminuído ao final da Guerra Fria. A Diretiva de Segurança Nacional (NSD)–26, anunciada pelo presidente George H. W. Bush, em 2 de outubro 1989, determinava que:

*Access to Persian Gulf oil and the security of key friendly states in the area are vital to U.S. national security. The United States remains committed to defend its vital interests in the region, if necessary and appropriate through the use of U.S. military force, against the Soviet Union or any other regional power with interests inimical to our own (BUSH apud CRANE, 2009, p. 61).*

Como será exposto adiante, o Iraque poderia se tornar uma ameaça às pretensões americanas de garantir o fluxo do petróleo do Golfo. No entanto, a resposta de Washington à ameaça foi cautelosa. Afinal, à medida que a Guerra Fria se distanciava, a sobreposição que justificava e legitimava as intervenções do país ao redor do globo foi se esfacelando. A remoção dessa sobreposição exigiu novos meios de legitimar as ações dos EUA. Nesse contexto, os atores domésticos tiveram maior influência nas decisões de política externa, fato que reacendeu o



sonho americano de contar com uma nova ordem internacional baseada no império da lei (KISSINGER, 2015, p. 200).

Todavia, as palavras do presidente Bush emitidas em outubro de 1989, não se limitara à retórica. Quando o Iraque invadiu o Kuwait em 1991 e ameaçou a Arábia Saudita, Bush encontrou a oportunidade perfeita de garantir os interesses americanos agindo em nome do Direito Internacional e da “reavivada”<sup>18</sup> ONU. Respalado pela comunidade internacional, Bush imediatamente ordenou ao Pentágono que estabelecesse um plano para proteger as reservas de petróleo sauditas. Três dias depois à invasão iraquiana, tropas americanas e de vários outros países foram enviadas à Arábia Saudita. O primeiro grande conflito da era pós-Guerra Fria havia se iniciado.

#### 4.1 O Golfo em chamas

Kuwait, 1990. O poderio de uma nova geração de armas inteligentes é testado bem diante das câmeras de TV. Os olhos do mundo estão fitados na CNN, que faz a cobertura em *realtime*. Os novos satélites não apenas tornam possível a cobertura televisiva, como também dão precisão milimétrica aos novos mísseis teleguiados. A imprensa transforma “as armas e a alta tecnologia bélica nos principais protagonistas da guerra, numa incrível inversão de papéis, em que o homem, o horror, a destruição e a ferocidade da guerra foram deixados em segundo plano” (ZARPELÃO, 2015, p. 01). Apesar dos novos atores, as raízes que motivaram a Guerra do Golfo eram bem conhecidas, e bem profundas.

Na manhã do dia 2 de agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait. O pequeno país ao sul da fronteira iraquiana tornara-se alvo da cobiça iraquiana desde a desintegração do império otomano (1922). Na década de 1930, o novo Estado do Iraque “reivindicava as ilhas de Bubijan e Warbah, na entrada do Golfo, e a ponta do campo de petróleo de Rumeila que, principalmente no Iraque, estendia-se por debaixo da fronteira até o Kuwait” (CALVOCORESSI, 2011, p. 391). Os iraquianos afirmavam que o Kuwait os pertencia por direito de sucessão dos descendentes otomanos. As tensões ficaram latentes a partir da década de 1960, quando o Kuwait conseguiu sua independência, e temendo por sua soberania, solicitou ajuda militar britânica para a proteção de suas fronteiras. Deste modo, em 1963, o Iraque viu-se forçado a reconhecer a independência e a soberania kuwaitiana.

---

<sup>18</sup> A Guerra Fria e a polarização entre os EUA e a URSS, somada ao direito de veto concedido aos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de certa forma, travou o conselho mediante o intenso acirramento entre as superpotências, provocando um processo de veto mútuo.

No entanto, ao término da guerra com o Irã (1989), a economia iraquiana estava aos frangalhos. Saddam “gastou ou comprometeu, talvez, 100 bilhões de dólares na guerra em uma década” (CALVOCORESSI, 2011, p. 391). “O Iraque precisava desesperadamente vender petróleo a preços altos, mas o barril, que custava US\$ 21,00 em janeiro de 1990, estava sendo vendido a US\$11,00 na metade daquele ano” (WAACK, 2006, p. 448). Os líderes do Kuwait eram considerados os principais responsáveis pelo baixo preço do barril, tendo em vista que a alta produção de petróleo do país – que ultrapassava a cota estabelecida pela OPEP - estava inundando o mercado mundial, derrubando os preços do produto<sup>19</sup>. Ademais, a recusa do Kuwait em renegociar um empréstimo feito ao Iraque durante a guerra contra o Irã, acabou agravando a insatisfação de Saddam, levando-o a invadir o país vizinho.

Deste modo, a grande riqueza kuwaitiana somada às urgentes necessidades do Iraque no pós-guerra, acabara arrastando Saddam Hussein à um grandioso erro de cálculo político, ao presumir que a invasão ao Kuwait não iria atrair os norte-americanos ao conflito. Afinal, a revolução iraniana e a conseguinte hostilidade entre Teerã e Washington, haviam possibilitado uma reaproximação entre os EUA e o Iraque. Dessa vez, entretanto, ao “contrário da agressão igualmente aberta do Iraque contra o Irã uma década antes, o ataque ao Kuwait também ameaçava os interesses dos Estados Unidos e de outros países” (CALVOCORESSI, 2011, p. 392).

O assalto iraquiano pegou o mundo de surpresa. A “invasão era um ato incontestável de agressão por um membro da ONU contra outro e de um Estado árabe contra outro” (CALVOCORESSI, 2011, p. 392). Um dia após a invasão, Bush condenou o ato hostil liderado por Saddam, e conclamou aos líderes mundiais para acompanhá-lo em uma ação dura e efetiva contra o Iraque. O Secretário de Estado americano James Baker e o ministro das Relações Exteriores soviético, Eduard Shevardnadze, emitiram uma declaração conjunta a partir de Moscou, onde impetraram um embargo mundial de armas para o Iraque, em consequência de sua "invasão brutal e ilegal ao Kuwait". Era a primeira vez que os EUA e a URSS atuavam juntos em uma crise no Oriente Médio (AMBROSE; BRINKLEY, 2010, p. 362).

Por efeito, o Conselho das Nações Unidas reuniu-se às pressas. O órgão condenou a invasão iraquiana e exigiu a retirada imediata das forças de Saddam Hussein. Sob a liderança americana, formou-se uma coalizão internacional, que tinha a missão de expulsar as tropas invasoras do Kuwait. Para os EUA, no entanto, “a ocupação do Kuwait não era a principal causa da ação [...], e a reversão da ocupação não era seu único objetivo” (CALVOCORESSI, 2011,

---

<sup>19</sup> Na medida em que os sauditas podiam manipular os preços do petróleo mais ou menos à vontade, aumentando ou diminuindo sua produção, a Arábia Saudita parecia ser um próximo alvo lógico para Hussein

p. 393). Afinal, a apropriação dos campos de petróleo do Kuwait concederia um perigoso aumento do poder iraquiano na OPEP, e um consequente crescimento de sua influência na definição dos preços do produto em todo o mundo. Também “poderia ser um prelúdio a um ataque à Arábia Saudita, o que poderia colocar praticamente todo o petróleo sob o controle iraquiano, disseminar o caos político ao derrubar a monarquia saudita e fragilizar outros regimes árabes” (CALVOCORESSI, 2011, p. 392). Os EUA não “toleraria que um só país - o Iraque - pudesse com a invasão do Kuwait controlar a maior parte do petróleo da região e, de quebra, representar uma ameaça direta à monarquia reacionária da Arábia Saudita, o maior produtor de petróleo do Oriente Médio” (WAACK, 2006, p. 448).

Nesses termos, em 8 de agosto de 1990, forças norte-americanas aterrissaram na Arábia Saudita. Dois dias antes, a Liga Árabe<sup>20</sup> também havia aprovado o envio de tropas para o país, o que foi concretizado alguns dias mais tarde. A operação militar tinha diferentes significados para os diferentes atores envolvidos. Os árabes queriam a expulsão das tropas iraquianas do Kuwait. Para os EUA e a Grã-Bretanha, isso não era suficiente, derrubar Saddam Hussein e destruir toda a capacidade militar iraquiana era o grande objetivo.

Em 29 de novembro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução<sup>21</sup> autorizando o uso da força militar contra o Iraque, depois do dia 15 de janeiro de 1991. “Quaisquer medidas necessárias para remover o Iraque do Kuwait e restaurar seus antigos governantes podiam ser tomadas (CALVOCORESSI, 2011). Quando chegou o dia 15, prontamente, os EUA iniciaram os bombardeios contra as forças iraquianas. A coalisão internacional erguida contra Saddam esmagou o exército invasor em poucos dias. Uma semana após o início da operação *Desert Storm*, o ameaçador exército de Saddam estava humilhado. Mais de 500 mil iraquianos haviam sido mortos (CALVOCORESSI, 2011, p. 396). Ao fugirem do Kuwait, os soldados iraquianos deixaram um rastro de morte e destruição, além de incendiarem cerca de 500 poços de petróleo. O Golfo estava – literalmente - em chamas.

Todavia, as forças de coalizão tiveram que parar a 145km de Bagdá. “A coalizão, que se reunira sob a autoridade das Nações Unidas com o objetivo de expulsar Saddam do Kuwait, não tinha poder para destituí-lo ou mudar o regime” (YERGIN, 2014, p. 23). Para o governo norte-americano, no entanto, a guerra ainda não havia acabado. Saddam precisava ser derrubado, a todo custo.

---

<sup>20</sup> Uma organização dos Estados árabes fundada no Cairo, Egito, em 1945. Os principais objetivos da Liga eram proteger a independência e soberania de seus membros e fortalecer os laços entre eles, estimulando a cooperação em diferentes campos.

<sup>21</sup> UN Security Council Resolution 678 (1990).

Ao final dos conflitos, a fragmentada sociedade iraquiana entrou em ebulição. “Donos do poder durante mais de sete décadas, os integrantes da oligarquia sunita sempre acusaram os xiitas no sul do país de serem pouco leais ao Iraque”. Ao chegar ao poder, “Saddam reprimiu qualquer desejo xiita de ter uma melhor representação nos centros de poder” do Iraque (WAACK, 2006, p. 453). Aproveitando-se do momento frágil do regime após a guerra, os xiitas e curdos do Sul começaram um levante contra o ditador. Intencionalmente, os EUA enviaram suas poderosas unidades blindadas para efetuarem uma espécie de movimento de pinça, entre os rebeldes e a força de repressão. O objetivo era evitar que as tropas de Saddam contivessem as forças rebeldes. O crescimento das tensões foi acompanhado de perto pelos governos dos EUA, Arábia Saudita e Irã.

Enquanto ocorriam as primeiras reuniões entre a coalizão internacional e os generais derrotados iraquianos, os grupos rebelados no sul do Iraque gritavam diferentes palavras de ordem - entre elas, a que então mais assustou aos americanos: “queremos uma República Islâmica” (WAACK, 2006, p. 453). A Casa Branca estremeceu. A possibilidade da criação de um “novo” Irã no Oriente Médio era mais aterrorizadora do que a permanência de Saddam no poder. De semelhante modo, a “monarquia saudita, assustada com a possibilidade de uma república islâmica ser proclamada, agora bem no limiar de sua fronteira, preferia um ditador conhecido a fundamentalistas dispostos a espalhar a revolução para o restante da região” (WAACK, 2006, p.453). Em Teerã, palavras inflamadas emitiam grande apoio aos revoltosos iraquianos. Porém, isso não se traduziu em apoio material por parte do governo iraniano.

Deste modo, sem liderança e sem apoio externo, as forças rebeldes iraquianas foram esmagadas pelas tropas de Saddam. Os sunitas, “empregando selvageria e ferocidade inéditas até mesmo para uma ditadura sanguinária, massacraram os rebeldes no sul do Iraque” (WAACK, 2006, p. 453). A desistência americana em apoiar os rebeldes acabou nutrindo grande decepção nas populações curda e xiita do Iraque. “Elas se sentiram, com razão, abandonadas. E recusaram-se a levantar-se contra Saddam, doze anos depois, mesmo quando ficou claro que os americanos estavam invadindo o Iraque para derrubar o ditador” (WAACK, 2006, p. 453). A permanência de Saddam no poder criou na Casa Branca a sensação de que o conflito não havia terminado. Para Washington, o ditador ameaçava a estabilidade do Oriente Médio em duas questões de suma importância para o país: a sobrevivência de Israel e a política do petróleo (CALVOCORESSI, 2011).

Em agosto de 1991, o presidente Bush enviou ao Congresso americano um relatório<sup>22</sup> que comentava o bem-sucedido esforço dos EUA em reverter a agressão iraquiana ao Kuwait, salientando a “poderosa continuidade da política norte-americana para a região, que inclui[a] entre as suas preocupações estratégicas a manutenção de um livre fluxo de petróleo” (FUSER, 2006, p. 32). No mesmo ano, Bush iniciou uma nova estratégia visando encurralar o Iraque através de “um programa de inspeções, força militar e sanções conhecidas como ‘medidas clássicas de contenção’, em uma evocação à política que havia freado a expansão soviética durante a Guerra fria” (YERGIN, 2014, p. 23).

Durante uma década após a Guerra do Golfo, o objetivo central da política dos EUA em relação ao Iraque foi provocar a queda de Saddam Hussein por meios indiretos. O governo norte-americano recorreu a uma combinação de três tipos de iniciativas: sanções econômicas, voltadas para gerar descontentamento popular em relação ao regime iraquiano; desarmamento do país, por meio de inspeções da ONU; e apoio a conspirações para depor ou eliminar Saddam. (FUSER, 2006, p. 31).

Nos anos que se seguiram à Guerra do Golfo não foi permitido ao Iraque realizar exportações de petróleo<sup>23</sup>. Somente em 1995, as Nações Unidas criaram o programa Petróleo-por-alimentos (*Oil-for-Food*), que permitia ao Iraque vender uma quantidade específica do produto, desde que a metade das receitas fossem usadas na compra de medicamentos e comida para os iraquianos (FUSER, 2006, p. 31). A partir de então, a produção de petróleo do país começou a se recuperar, “chegando a mais de dois milhões de barris por dia, sendo parte significativa contrabandeada para a Jordânia, a Síria e o Irã” (FUSER, 2006, p. 24).

No entanto, o *Oil-for-Food* passou a ser utilizado por Saddam para “lavar” recursos que acabaram permitindo a “reestruturação parcial das Forças Armadas iraquianas” (WAACK, 2006, p. 456). Ficou evidente que as sanções americanas não estavam afetando “Saddam e seus aliados, nem a Guarda Republicana que os mantinha no poder, mas sim o povo iraquiano de modo em geral” (YERGIN, 2014, p. 24). “Em 1998, Saddam expulsou permanentemente os inspetores de armas da ONU. Naquele ano, documentos elaborados por órgãos de inteligência do governo americano concluíram que as ambições de Saddam por armas de destruição em massa não estavam mais sob controle” (YERGIN, 2014, p. 24). Apesar disso, Saddam estava domado. Difícilmente o Iraque voltaria a ter condições de galvanizar o controle do Golfo.

---

<sup>22</sup> Relatório divulgado pelo Conselho de Segurança Nacional (NSC), que é o principal fórum presidencial para análise de questões de segurança nacional e de política externa dos EUA. Desde a sua criação, no governo do presidente Truman, a função do Conselho tem sido a de assessorar e auxiliar o presidente em questões de segurança nacional e política externa. O Conselho também serve como o principal braço do Presidente para coordenar essas políticas entre os vários órgãos governamentais.

<sup>23</sup> Sanção estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução 661.

A invasão iraquiana ao Kuwait alterou a os rumos do engajamento construtivo norte-americana no Golfo. Consequentemente, a trajetória da política externa americana e as relações internacionais no Golfo Pérsico foram alteradas (YETIV, 2008, p. 75). De fato, os grandes acontecimentos ocorridos na região nos anos posteriores, estariam todos relacionados, de alguma forma, com a crise de 1990-1991. A invasão ao Iraque em 2003 e a subsequente ocupação do país, é o mais notório desses acontecimentos.

## 4.2 Adeus Saddam

Ao assumir a presidência no início de 2001, George W. Bush elencou como principal prioridade do seu governo responder aos desafios que a segurança energética americana exigia do novo governo. O ano anterior havia sido marcado por uma preocupante escassez de petróleo e gás em várias regiões do país, além de recorrentes apagões na Califórnia. Além disso, “as importações de petróleo dos EUA haviam crescido mais de 50% do total consumido no país pela primeira vez em sua história, provocando grande ansiedade com relação ao fornecimento de energia no longo prazo” (KLARE, 2006, p. 202). Sendo assim, a crise energética americana estava exigindo de Washington atenção total, além de novas diretrizes.

Em resposta, Bush criou o Grupo Nacional de Desenvolvimento de Políticas de Energia (*National Energy Policy Development Group*–NEPDG). O grupo teria a responsabilidade de desenvolver um projeto de segurança energética que oferecesse propostas para a reversão da crise energética do país. O vice-presidente Dick Cheney assumiu a liderança do projeto. Por sua vez, “Cheney pediu ajuda a James Baker, o secretário de Estado na gestão de Bush pai. Baker reuniu um grupo de especialistas que apresentou, em 15 de abril de 2001, um relatório intitulado Política Estratégica de Energia – Desafios para o Século XXI” (FUSER, 2006, p. 33). O relatório Baker, como ficou conhecido posteriormente, se transformou no alicerce da nova política energética estadunidense.

Depois de concluir que as forças do mercado, por si mesmas, não serão capazes de solucionar os graves problemas nos suprimentos de energia, o Relatório Baker propõe, enfaticamente, que o governo dos EUA [...] [passasse] a tratar de uma forma integrada suas políticas de segurança, energia, tecnologia, finanças e meio-ambiente, de modo a “criar uma política energética abrangente”, que incluísse “as tendências geopolíticas e os imperativos de segurança” (FUSER, 2006, p. 32).

Não obstante, o relatório constatou que a política energética norte-americana estava diante de duas alternativas: “podia continuar no mesmo caminho, consumindo quantidades cada vez maiores de petróleo” – ou seja, tornando-se cada vez mais dependentes do petróleo importado

- “ou podia escolher uma rota alternativa, que supunha uma dependência muito maior de fontes de energia renovável e uma redução gradual do uso do petróleo” (KLARE, 2006, p. 203).

O resultando dessa escolha teria implicações diretas no futuro da nação americana. Caso a primeira alternativa fosse a escolhida, o país ficaria cada vez incumbido de garantir o controle do Golfo Pérsico. Já a segunda opção “exigiria enormes investimentos em novas tecnologias de geração de energia e de transporte, o que geraria a queda de ramos industriais inteiros. De qualquer forma, os EUA sofreriam o impacto de sua escolha em sua vida cotidiana e na dinâmica da economia em sua totalidade” (KLARE, 2006, p. 203).

Em 17 de janeiro de 2001, o presidente Bush anunciou o novo plano energético americano. Dentre outras coisas, o plano objetivava reduzir a demanda de petróleo do país através da inovação tecnológica, da alavancagem da produção doméstica por meio do “uso de métodos de perfuração mais eficientes e da exploração de reservas não exploradas em áreas naturais protegidas” (KLARE, 2006, p. 204). Entretanto, o projeto não propunha a diminuição no consumo de petróleo. Na retórica, a conservação estava na pauta da nova política energética, mas em termos práticos, não. O governo tinha a ciência de que a logo prazo nada poderia evitar a diminuição na produção de petróleo do país. Por conta disso, no capítulo 8 do relatório Cheney, foi exposta a verdadeira escolha feita pelo governo Bush:

Podemos “fortalecer nossa segurança energética e a prosperidade da economia global” trabalhando com outros países para incrementar a produção global de energia. Para este fim, o relatório Cheney deu instruções ao presidente e seus subalternos de maior calibre de “converter a segurança energética em uma prioridade de nosso comércio e política exterior” (KLARE, 2006, p. 2005).

Com o intuito de garantir o acesso ao petróleo estrangeiro, o relatório Cheney fez 35 recomendações – um terço de todas as recomendações contidas no documento. Vale salientar a ênfase geral na remoção dos obstáculos, sejam eles de natureza política, econômica ou logística – que dificultavam o aprovisionamento do petróleo estrangeiro pelos EUA. O objetivo, portanto, era ter acesso a fontes cada vez maiores de energia importada. Esta decisão teria um grande impacto na política externa do país nos anos posteriores (KLARE, 2006, p. 205).

Em 2001, os EUA consumiam cerca de 19 milhões de barris de petróleo por dia. 11 milhões deles eram supridos por importações. Do Iraque vinham oitocentos mil barris de petróleo por dia (US ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015c). O governo americano acreditava que um Iraque democrático seria um fornecedor mais confiável e, não estando sujeito a sanções, poderia expandir sua capacidade (YERGIN, 2014, p. 157). Ademais, os *policymakers* americanos constataram que as sanções dirigidas ao país desde 1991 eram

nocivas aos interesses de Washington. Além delas se mostrarem ineficientes para com o regime de Saddam, as “restrições ao ingresso do petróleo iraquiano no mercado internacional e à exploração das imensas reservas existentes naquele país, no contexto de uma oferta de combustível cada vez mais escassa”, havia se tornado um problema (YERGIN, 2014, p. 157). Deste modo, os autores da nova política energética estadunidense propuseram uma “imediata revisão da política (dos EUA) em relação ao Iraque, incluindo avaliações militares, energéticas, econômicas e político-diplomáticas” (YERGIN, 2014, p. 157).

Em 2002, os estrategistas norte-americanos já sabiam que o “Iraque era bastante prospectivo, mas não era explorado de fato desde a década de 1970 – na verdade, era um dos países menos explorados entre os principais exportadores de petróleo” (YERGIN, 2014, p. 151). Não obstante, receosos pela participação majoritária de cidadãos sauditas nos atentados do 11 de setembro, alguns estudiosos americanos defendiam que o Iraque poderia se tornar um exportador bem maior a ponto de contrabalançar a Arábia Saudita. Nesse sentido, o 11 de setembro acabou mudando o debate sobre o Iraque. A derrubada de Saddam Hussein e a reconstrução da indústria petrolífera iraquiana passaram a ser apontados como opção à política energética americana. A maximização da produção iraquiana sob o controle de um governo amigo injetaria no mercado mundial uma quantidade significativa de petróleo.

Sendo assim, o presidente Bush formulou uma nova estratégia política para o Iraque. Em um discurso em West Point, em junho de 2002, ele afirmou que “a política de ‘dissuasão’ não funcionava contra ‘redes terroristas obscuras’. E a ‘contenção’ não funcionava ‘quando ditadores desequilibrados, de posse de armas de destruição em massa, podem utilizar essas armas em mísseis ou fornecê-las secretamente a aliados terroristas’” (YERGIN, 2014, p. 155). A nova estratégia americana, era, portanto, uma “ação preventiva”, que precisava urgentemente destituir Saddam, enquanto havia tempo.

Em 20 de março de 2003, cerca de doze anos após a Primeira Guerra do Golfo, os EUA invadiram o Iraque. Os atentados terroristas contra as torres gêmeas e o pentágono, ocorridos em 2001, ofereceram ao presidente Bush a oportunidade de resolver os assuntos inacabados da primeira guerra. O pretexto para a invasão foi a suposta posse, por parte de Saddam Hussein, de armas de destruição em massa que na verdade não existiam. O propósito da guerra, contudo, era varrer do Oriente Médio a presença ameaçadora de Saddam Hussein. Não “apenas a derrubada de um único regime, e sim a reorganização do Oriente Médio para garantir qualquer petróleo que pudesse ser necessário para a economia e as políticas externas norte-americanas, pelo menos para a geração seguinte” (CALVOCORESSI, 2011, p. 403).



Em 9 de abril de 2003, o exército americano havia tomado a capital Bagdá. Neste mesmo dia, soldados americanos e cidadãos iraquianos derrubaram a gigante estátua de Saddam Hussein, localizada no centro da capital iraquiana. A imagem se transformou no ícone do fim da longa e tenebrosa “era Saddam”. Interessante ressaltar que, durante a invasão, grande parte dos prédios governamentais em Bagdá foi saqueada e incendiada. Uma curiosa exceção foi a sede do Ministério do Petróleo, que foi amplamente protegida por unidades do Exército americano. As forças americanas avançaram com toda a brutalidade em direção ao Iraque, com grande poder de força para obter uma vitória rápida e fácil. Contudo, cometeu um grave erro ao não considerar o que fazer depois.

Entre o início de 2001 e o final de 2003, a Administração Bush direcionou vários recursos afim de garantir o controle do golfo e aumentar a produção de petróleo na região. Em consequência, Saddam foi deposto, a estabilidade saudita foi mantida, e o talibã foi expulso do Afeganistão. No entanto, os dispendiosos esforços da Casa Branca suscitaram terríveis consequências, especialmente no Iraque.

O novo governo iraquiano, apoiado pelos EUA, pecou em marginalizar boa parte dos sunitas, filiados ao *baathi*, partido de Saddam Hussein. Estes, foram estigmatizados e diretamente associados ao regime derrotado. Este procedimento, que ficou conhecido como desbaathificação, semeou as sementes para a radicalização dos sunitas iraquianos. Fato que se tornou um grande erro político. Pois, forçar ou “permitir que mais de 400 mil soldados [...] fossem para casa, sem emprego, sem pagamento, em renda para sustentar a família, sem dignidade – mas com armas e uma crescente hostilidade em relação às forças americanas e britânicas – era um convite ao desastre” (YERGIN, 2014, p. 164). Logo, a intervenção americana no Iraque se tornaria o embrião de um monstro conhecido como Estado Islâmico.

## **5 THE AMERICAN OIL BOOM: PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS**

A necessidade estadunidense por fontes externas de petróleo guiou a Casa Branca por uma série de decisões que afetaram diretamente nas estruturas social, política e econômica do Oriente Médio. Um cenário caótico, com recorrentes conflitos e instabilidades, faz dessa região riquíssima em petróleo, também uma das mais instáveis do planeta. Mas afinal, se o petróleo influenciou em muitas das diretrizes da política externa estadunidense para o Oriente Médio nas últimas décadas, o que aconteceria se o país não fosse mais dependente do petróleo da

região? Pois bem, ao que parece, essa resposta poderá ser respondida em um futuro não muito distante.

No *State of the Union Address* de 2014, o presidente Barack Obama demonstrou muito otimismo ao afirmar que a América poderia atingir a independência energética pela primeira vez em décadas. Esta expectativa está ancorada no grande *boom* da produção de petróleo dentro dos EUA, que aumentou de 5 (Mdb) em 2008, para bem mais de 9,4 (Mdb) em 2015 (US ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015b). Este crescimento tem sido alcançado, em grande parte, devido às novas descobertas de "*tight oil*" e "*shale gas*". Há muito se sabia sobre a existência de petróleo e gás adicional preso dentro de xistos e outros tipos de rochas. Todavia, não "havia maneira de extraí-lo - pelo menos não em volumes comerciais" (YERGIN, 2014, p. 274). O alto custo na extração fazia do *tight oil* um recurso economicamente desinteressante. No entanto, com o aperfeiçoamento de tecnologias avançadas chamadas de "fraturamento hidráulico" e a "perfuração horizontal", o sonho americano de ser autossuficiente de energia, finalmente, pode se tornar realidade (YETIV, 2015, p. 03).

No início de 2013, os EUA consumiram pouco mais de 19 (Mdb) de petróleo. Dentre estes, 8,3 (Mdb) provieram de importações. Enquanto o país é praticamente autossuficiente em termos de carvão, gás natural, e em produção de biocombustíveis, a dependência do petróleo estrangeiro tem sido o grande desafio para a segurança energética norte-americana (MAUGERI, 2013, p. 25). No entanto, nos últimos 5 anos a quantidade de petróleo importada pelo país tem caído consideravelmente, e o *oil boom* estadunidense já levou o país a reassumir o posto de maior produtor mundial em 2015, fato que não ocorria desde 1975.

### **5.1 Podem a Arábia Saudita e a OPEP conter o *American oil boom*?**

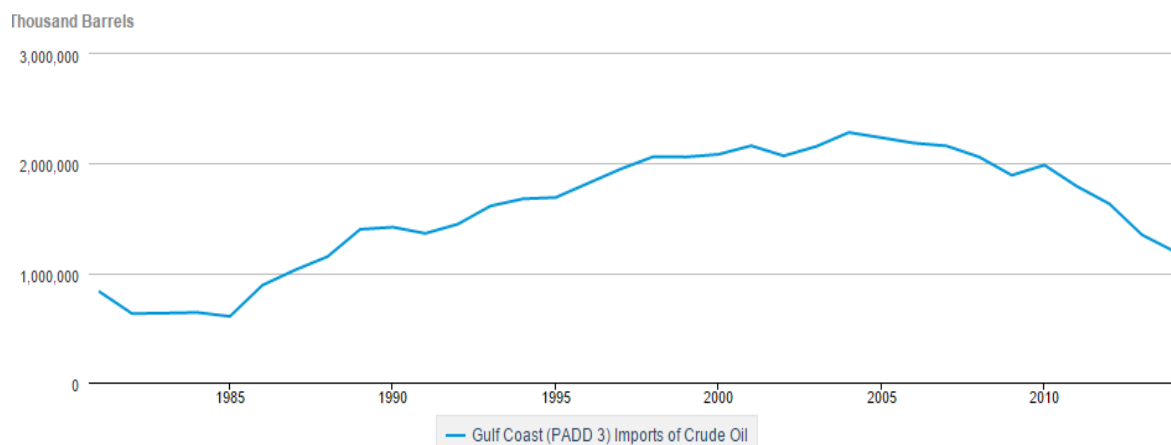
Uma acentuada queda nos preços do petróleo surpreendeu a economia global em meados de 2014. O barril que custava em média \$ 100 dólares americanos no início do mesmo ano, passou a custar pouco mais de \$ 40 dólares em finais de 2015. Apesar de muitos atribuírem essa baixa somente às leis de mercado, sou seja, ao aumento da oferta de petróleo no mercado - provinda principalmente do crescimento da produção estadunidense, a verdade é que os preços baixos são resultados de movimentos políticos liderados pela Arábia Saudita e pela OPEP.

A Arábia Saudita é o país com as maiores reservas conhecidas de petróleo do planeta. Estima-se que o país tenha reservas em torno de 266 bilhões de barris (THE ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES, 2015). No entanto, o país não usa sua máxima capacidade de produção. Historicamente, o país tem exercido um papel de *swing*

*produce* no mercado mundial de petróleo. Ou seja, tem utilizado de sua massiva capacidade produtiva para garantir que os preços da *commodity* se mantenham estáveis: diminuindo a produção quando os preços caem demais, e aumentando quando os preços sobem muito. Todavia, em finais de 2014, o comportamento saudita precisou mudar. (YETIV, 2015, p. 17).

O *oil boom* da produção de petróleo dos EUA alertou os países do Golfo sobre a ameaça que a indústria do *tight oil* estadunidense passou a representar aos interesses dos países produtores de petróleo convencional. Em resposta, a monarquia saudita procurou proteger a sua quota de mercado, que estava sendo ameaçada, nomeadamente, pela indústria norte-americana. O medo dos sauditas e da OPEP é que a inundação do *tight oil* no mercado mundial possa causar, a longo prazo, uma mudança estrutural no mercado ao derrubar os preços do barril. Além disso, os sauditas temem que o aumento da produção americana possa tornar Riad menos importante para agenda política de Washington, permitindo ao país diminuir seu compromisso com o Golfo Pérsico, e possivelmente desenvolver relações mais estreitas com o Irã (inimigo político da Arábia Saudita) (YETIV, 2015, p. 19). A Figura 3 expressa notadamente a diminuição do peso do Golfo Pérsico nas importações de petróleo dos EUA:

**Figura 3 – Importação estadunidense de petróleo cru do Golfo Pérsico (1971-2015)**



Fonte: U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015e

Deste modo, Riad considera que a queda nos preços do petróleo pode prejudicar a indústria do *tight oil* americano. Apesar dessa queda representar um pesadelo para as economias dos chamados petro-Estados<sup>24</sup>, o esforço para mantê-los baixo significou uma estratégia clara e bem definida: criar obstáculos para o crescimento da indústria do *tight oil* estadunidense (YETIV, 2015, p. 18). Uma vez que o custo da produção do barril saudita é em média 7 a

<sup>24</sup> Países ricos em petróleo e dependentes das receitas provindas da exportação do mesmo.

8 vezes mais baixo que aquele produzido pela indústria do *tight*, um longo período de queda nos preços do barril poderá representar um freio ao desenvolvimento da indústria de petróleo não-convencional dos EUA, que teria seu custo de produção igual ou maior do que o valor de venda. Os investimentos futuros, portanto, estariam comprometidos.

Os sauditas certamente não poderiam exercer tamanha influência sobre os preços do petróleo se os outros grandes produtores da OPEP não aderissem à estratégia. Ademais, Riad temia que outros países pudessem não só rejeitar a estratégia como se aproveitarem do corte saudita para roubar parte do mercado do país. Aqueles que foram relutantes em apoiar os cortes, como o Irã e outros Estados fora da OPEP, como a Rússia, foram alertados e convencidos por Riad que eles teriam que enfrentar um mal momentâneo para mitigar ameaças mais duras no futuro (YETIV, 2015, p. 19). Até o momento (final de 2015), a estratégia saudita de manter os preços baixos do petróleo tem dado certo.

Nesses termos, resta saber qual será o comportamento do governo norte-americano ante essa disputa de natureza comercial envolvendo a indústria do *tight oil* americano e as estatais da OPEP. Ao que tudo indica, caso os preços do petróleo se mantenham baixos por muito tempo, somente um socorro estatal poderá salvar o futuro da indústria dos não-convencionais nos EUA e a manutenção do *oil boom* no país.

## 5.2 EUA, China, Rússia e o futuro do Golfo Pérsico

Quais são os interesses geopolíticos dos EUA, da Rússia e da China no Golfo Pérsico do século XXI? É inegável que o poder e a influência dessas três grandes potências mundiais podem definir o futuro da região (COMMISSION ON ENERGY AND GEOPOLITICS, 2013). Por isso, nesse momento será feita uma breve análise dos interesses e ambições desses três atores e como o choque desses interesses pode criar obstáculos à paz e à estabilidade no Oriente Médio. Posto isso, o primeiro a ser analisado será os EUA.

Os EUA têm aumentado suas importações de petróleo do Canadá, México, Venezuela, e até mesmo da Rússia. Ao mesmo tempo, como visto anteriormente, também têm acrescido a sua própria produção de petróleo e gás natural. Consequentemente, como visto na Figura 3, há uma redução drástica de suas importações oriundas do Golfo Pérsico. Recentemente, o país ultrapassou a Arábia Saudita e a Rússia como o maior produtor de petróleo do mundo. Vale salientar, todavia, que estes países ainda possuem reservas de petróleo maiores do que os EUA. O que ocorre é que os norte-americanos conseguiram maximizar significativamente os níveis de produção. Devido a isto, a vulnerabilidade política que a dependência do petróleo do Oriente

Médio trouxe aos líderes estadunidenses ao longo do século XX tem diminuído. Esse contexto de dependência energética foi o que, em grande parte, determinou as políticas dos EUA no Oriente Médio durante boa parte do século passado (ALHADEFF, 2015).

O fluxo natural na análise desses fatos possibilita a percepção de que o Oriente Médio está perdendo importância geopolítica para os EUA. Mas afinal, seria essa afirmação realmente verdadeira? Pouco provável. Como será exposto a seguir, o tabuleiro geopolítico da região tem nos recursos energéticos uma pauta central e de comum interesse para os EUA, Rússia e China. Mesmo que em menor grau, a região continuará a ser de grande importância estratégica e geopolítica, uma vez que detém mais de 60% das reservas de petróleo e gás natural do mundo (YERGIN, 2014, p. 296).

As reservas de energia do Golfo Pérsico serão de importância crucial no caso de conflitos futuros. Muitos aliados americanos da região da Ásia-Pacífico, ainda contam com o Golfo Pérsico para o fornecimento de petróleo e gás natural. O Japão é um grande exemplo disso. O país é um importante aliado dos EUA e importa 81% de seu petróleo do Oriente Médio (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2016). O mesmo acontece com outros aliados americanos na região, como Austrália, Coreia do Sul, Tailândia, Filipinas, Nova Zelândia, Índia, Indonésia e Taiwan. Todos esses países possuem vínculos estratégicos com Washington, e fazem parte de uma região muito importante para a contenção da influência chinesa. Portanto, a garantia do suprimento energético de seus aliados pode sim continuar a pesar nas decisões políticas da Casa Branca (ALHADEFF, 2015).

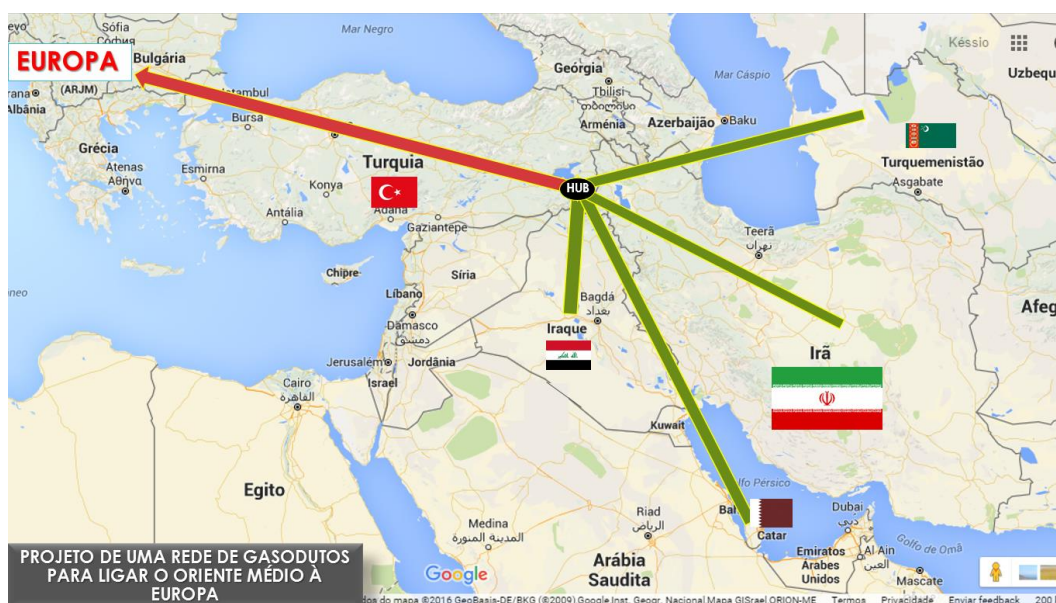
Outro importantíssimo ponto que poderá manter o Golfo Pérsico no radar estadunidense é o desejo da Casa Branca de diminuir a influência da Rússia na Europa. Os russos exercem uma incrível influência geopolítica no continente através do fornecimento de energia. Na atualidade, a Rússia é o terceiro maior produtor de petróleo (depois da Arábia Saudita e Estados Unidos) e o segundo maior produtor de gás mundial (perdendo apenas para os EUA) (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2016b). Ademais, mais de 70% das exportações de petróleo da Rússia e quase 90% das exportações de gás natural foram enviados à Europa em 2015 (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2016b). Isso representa cerca de 30% de todas as importações de petróleo e gás natural do continente europeu.

Nesse privilegiado contexto, os russos têm utilizado de suas reservas e de sua favorável posição geográfica para formar um vínculo de interdependência política e econômica com os europeus. Isso também concede à Europa um peso considerável na arrecadação russa. Ou seja,

a Europa é uma peça fundamental para o poder político e econômico de Moscou (KLIEMAN, 2015).

Diante dessa realidade, Washington deseja cortar os laços que aprisionam os países europeus ao desafeto russo. Isso seria possível através da construção de uma rede de gasodutos que ligaria o Oriente Médio à Europa através da Turquia (Ver Mapa 3). Isto traria importantes benefícios para americanos e europeus. Uma rede de gasodutos pode reduzir a influência russa sobre a Europa, que em várias ocasiões, tem manipulado o preço do gás para favorecer ou prejudicar os países do continente. Este poder de barganha, muitas vezes, constrange os atores políticos da região, gerando até mesmo impasses entre a OTAN e a União Europeia (duas tradicionais alianças ocidentais) (ALHADEFF, 2015). Algo que não interessa, de nenhuma forma, aos EUA.

**Mapa 3 – Projeto de uma rede de gasodutos para ligar o Oriente Médio à Europa**



Fonte: adaptado de GOOGLE MAPS, 2016.

Nesses termos, a viabilização do ambicioso desejo político de Washington passa pela reaproximação com um dos seus principais desafetos nas últimas décadas: o Irã. Segundo os dados da IEA, o Irã é o segundo país com as maiores reservas de gás natural do mundo (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2016c). Além disso, o país está localizado em uma posição geográfica estratégica. Através da Turquia, país no qual faz fronteira, o país poderia naturalmente se tornar uma fonte alternativa de energia para o velho continente (ALHADEFF, 2015; KLIEMAN, 2015). Este cenário explicaria, portanto, o esforço norte-americano em costurar uma reaproximação política com Teerã através do acordo sobre o

programa nuclear iraniano no começo de 2015. Este acordo mostrou a disposição da Casa Branca de até mesmo ser confrontada pelo protesto e indignação de dois aliados tradicionais: Israel e Arábia Saudita. Uma aliança entre EUA e Irã pode redefinir a relação histórica dos EUA com esses dois países (FRIEDMAN, 2012, p. 143). Os israelenses e sauditas estão bem cientes disso.

E a Rússia? Qual são os objetivos de Moscou no Oriente Médio? Um dos principais é impedir o projeto dos EUA de interligar a Europa ao Oriente Médio com uma rede de gasodutos (ALHADEFF, 2015). Um aumento na concorrência do mercado europeu da energia poderá ser desastroso para a economia russa. Esta maior concorrência resultaria em preços mais baixos e consequentemente representaria uma considerável perda para as receitas do país. Além disso, a Rússia perderia também em poder geopolítico, uma vez que os países europeus seria muito menos dependentes do país para a sua segurança energética (ALHADEFF, 2015).

E a China? Atualmente o país é o maior importador de petróleo da atualidade (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2015c). Tal fato tem levado os chineses a enxergar o Oriente Médio como uma região estratégica, assim como os EUA o fez durante o século XX. Não obstante, todos os grandes produtores de petróleo e gás natural da região também veem na China e no mercado asiático uma excelente oportunidade de negócio. E não poderia ser diferente. Afinal, os EUA têm diminuído significativamente suas importações de petróleo do Oriente Médio, enquanto o mercado europeu é abastecido principalmente por recursos russos. Ou seja, a logo prazo, a sobrevivência dos petro-Estados do Golfo está depositada nas mãos do crescente mercado asiático (ALHADEFF, 2015).

Sendo assim, o interesse chinês no Golfo Pérsico é exatamente igual ao dos EUA no final da Segunda Guerra Mundial. Para a China o Oriente Médio é sinônimo de segurança energética e crescimento econômico para as próximas décadas (LUFT, 2016).

Deste modo, EUA, China e Rússia querem coisas diferentes no Oriente Médio do século XXI. Os norte-americanos querem usar Oriente Médio para reduzir a influência russa na Europa. Os russos querem proteger o seu mercado de energia e sua influência política no velho continente. Já os chineses, querem garantir seu acesso às reservas de petróleo e gás do Golfo Pérsico (ALHADEFF, 2015). Mediante essa tríade de objetivos, o Golfo Pérsico e o Oriente Médio, ao que parece, continuará sendo foco de conflitos e instabilidade. E continuará sendo, portanto, um desafio para a segurança e a economia internacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas décadas, os EUA gastaram trilhões de dólares com as guerras no Golfo Pérsico. Em nome da segurança nacional, o país carregou o fardo de polícia da região, de garantidor do livre fluxo do petróleo do Golfo para as economias ocidentais. Esta realidade drenou dinheiro, forças militares e recursos políticos. A vulnerabilidade que a dependência do petróleo estrangeiro trouxe ao país, condicionou os movimentos políticos da Casa Branca e afetou diretamente na geopolítica do Oriente Médio. A relação do país com dois dos principais produtores de petróleo da região, Irã e Iraque, foram marcadas por guerras, golpes, revoluções e instabilidade. A Revolução Iraniana (1979), a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e as Guerras do Golfo (1991, 2003), causaram mudanças na configuração geopolítica do Oriente Médio que são sentidas ainda hoje. Além disso, ajudou a instigar o aparecimento de grupos terroristas como a Al Qaeda e o ISIS. Já com o maior produtor de petróleo mundial, a Arábia Saudita, foi arquitetada uma relação petróleo por proteção. Apesar de mais estável do que as duas outras, a relação positiva da Casa Branca com a monarquia saudita ajudou a oxigenar um dos regimes políticos mais fechados e opressores do mundo.

No entanto, é muito provável que o momento atual se constitua em um *turning point* nessa dinâmica entre o petróleo, a política externa estadunidense e a configuração geopolítica do Oriente Médio. Afinal, a América retomou o posto de maior produtor de energia do mundo. O desenvolvimento de uma nova tecnologia de extração de petróleo a partir de rochas de xisto tem potencializado a produção interna dos EUA. Segundo estimativas da IEA, entre 10 e 15 anos os EUA poderão se tornar autossuficientes em petróleo. Mediante um histórico contexto de dependência do petróleo estrangeiro, caso os EUA consigam esse feito, toda a lógica que orientou a política externa do país no Golfo Pérsico poderá ser reconfigurada. Ademais, o país tem plenas convicções da necessidade de mudar sua forma de agir na região. Afinal, o preço pago foi alto e impopular. E com a diminuição da importância do petróleo do Golfo na sua agenda, o país poderá manobrar com maior cautela e de forma mais pragmática.

Um claro exemplo disso, é a histórica reaproximação entre os EUA e o Irã, selada pelo acordo sobre o programa nuclear do país. Em nenhum outro momento, nas últimas cinco décadas, os EUA ousaram criar litígios com o grande produtor mundial de petróleo – a Arábia Saudita. Pelo contrário, a estabilidade no reino saudita foi uma prioridade na agenda de Washington por várias décadas. O país estava preso nas garras da dependência energética e o peso da Arábia Saudita e da OPEP no mercado mundial de petróleo, já havia sido demonstrado de forma muito contundente no passado. Agora, contudo, a realidade é diferente.



A aproximação dos EUA com o Irã e o fim parcial das sanções econômicas contra Teerã, anunciado recentemente, tem criado uma clara insatisfação no reino saudita. Além da histórica rivalidade entre Riad e Teerã, os sauditas temem que a reconstrução da indústria petrolífera iraniana possa encharcar ainda mais o mercado mundial de petróleo, gerando mais competição e derrubando os preços. Além disso, o Irã poderá alavancar consideravelmente suas receitas e fortalecer o seu papel de potência regional, enfraquecendo a influência saudita na região. Portanto, essa realidade tem criado em Riad dúvidas sobre qual será o posicionamento dos EUA nessa questão: se os manterão como o principal aliado no Golfo ou se serão substituídos pelo Irã. A partir dessa desconfiança, o acirramento entre Teerã e Riad parece inevitável e pode reverberar de forma muito negativa nos conflitos da Síria.

Deste modo, percebe-se mudanças nos movimentos políticos dos EUA no Oriente Médio, e conseqüentemente, começam a aparecer vislumbres de uma mudança na configuração geopolítica da região. Na atualidade, o Irã é visto como uma peça importante na estratégia americana de distanciar os seus aliados europeus da influência russa, imposta pela questão energética. Através da reconstrução da indústria energética iraniana, o país poderá se tornar uma alternativa viável ao mercado europeu de energia através da exportação de petróleo e gás. Os EUA e a Turquia desejam concretizar a construção de uma rede de gasodutos que ligaria a Europa ao Oriente Médio através do território turco, e que também contaria com a participação do Catar, Turquemenistão e do Iraque como fornecedores. Este projeto contraria os interesses de Moscou, que certamente, não ficará de braços cruzados.

Por fim, resta acompanhar o desenrolar de importantes questões. Primeiro, como a Arábia Saudita e a OPEP irão se portar mediante a volta do Irã ao mercado mundial do petróleo, após o fim das sanções. Eles manterão a postura de não reduzir suas cotas de produção, atacando assim a indústria estadunidense do *tight oil*? Ou será que retornarão ao comportamento histórico de reduzir a produção para alavancar os preços?

E quanto aos EUA? Qual será o papel do governo e das petrolíferas estadunidenses para salvar a manutenção do *oil boom*, caso os preços do barril se mantenham abaixo do custo de produção? Outro ponto que merece observação, são as eleições presidenciais de 2016 nos EUA. As propostas de política externa dos candidatos favoritos podem nos dizer muito sobre o futuro.

Mediante esse mar de incertezas, é possível afirmar que: independente dos cenários prospectados, o processo decisório dos EUA continuará envolvendo o Golfo Pérsico em razão de sua posição estratégica. Afinal, o petróleo e o gás da região ainda são elementos fundamentais para as relações de poder e para a saúde econômica de muitos dos seus aliados. Ademais, o Golfo Pérsico é uma importante peça geopolítica que pode ser decisiva em conflitos

futuros. Sendo assim, as reservas de petróleo do Golfo podem até mesmo perder a importância para os EUA, mas não para o mundo. Por isso, em um contexto de globalização e interdependência, elas continuarão influenciando na política e na economia global. Para os EUA, no entanto, a margem de manobra política cresceu. O país está menos vulnerável e menos dependente. Deste modo, poderá perseguir seus objetivos geopolíticos sem que o agressivo instinto da vulnerabilidade influencie nas decisões políticas dos seus líderes.

## REFERÊNCIAS

ALHADEFF, Iakovos. **USA Russia & China in the Middle East: Alliances & Conflicts**. Disponível em: <<https://www.smashwords.com/books/download/509911/1/latest/0/0/usa-russia-china-in-the-middle-east-alliances-conflicts.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

AMBROSE, Stephen E.; BRINKLEY, Douglas G. **Rise to Globalism: American Foreign Policy since 1938**. New York: Penguin Books, 2010.

BACEVICH, Andrew J.; INBAR, Efraim. **The Gulf War of 1991 reconsidered**. London: BESA, 2002.

BAHGAT, Gawdat. **American oil diplomacy in the Persian Gulf and the Caspian Sea**. Gainesville: University Press of Florida, 2003.

CALVOCORESSI, Peter. **Política Mundial a partir de 1945**. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução Iraniana**. São Paulo: UNESP, 2007.

COMMISSION ON ENERGY AND GEOPOLITICS. **Oil Security 2025 – U.S. National Security Policy in an Era of Domestic Oil Abundance**. Washington: P.X Kelley Center, 2013.

CRANE, K. et al. **Imported Oil and U.S. National Security**. Santa Mônica: RAND, 2009.

DOBSON, Alan. **US Foreign Policy since 1945**. 2. ed. New York: Routledge, 2006.

FRIEDMAN, George. **A próxima Década**. Ribeirão Preto, SP: Novo Conceito Editora, 2012.

FUSER, Igor. **O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter**. 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18655/13842>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: UNESP, 2008.

GLOBAL RESEARCH. **Henry Kissinger: If You Can't Hear the Drums of War You Must Be Deaf**. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/accurate-satire-henry-kissinger-if-you-can-t-hear-the-drums-of-war-you-must-be-deaf/28610>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GOOGLE. MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

HAKES, Jay. **A Declaration of energy independence: how freedom from foreign oil can improve national security, our economy, and the environment**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2008.

INTERNACIONAL ENERGY AGENCY. **IEA Energy Atlas**. Disponível em: <<http://energyatlas.iea.org/?subject=-1920537974>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

JANUARY, Brendan. **The Iranian Revolution**. Minneapolis: Twenty-First Century Books, 2008.

JENTLESON, Bruce W. **American Foreign Policy: the dynamics of choice in the 21<sup>st</sup> century**. 4. ed. New York: W.W Norton & Company, 2010.

JUHASZ, Antonia. **A tirania do petróleo: a mais poderosa indústria do mundo e o que pode ser feito para detê-la**. São Paulo: Ediouro, 2009.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KLARE, Michael T. **Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Dependency on Imported Petroleum**. 1. ed. New York: Metropolitan Books, 2004a.

\_\_\_\_\_. Sangue por petróleo: a estratégia energética de Bush e Cheney. p. 201-223. In: LEYS, C. & PANITCH, L. [orgs]. **O novo desafio Imperial**. CLACSO, 2006.

KLIEMAN, Aharon. **Great Powers and Geopolitics: International Affairs in a Rebalancing World**. London: Springer, 2015.

LAWRENCE G. Potter. **The Persian Gulf in History**. New York: PALGRAVE MACMILLAN. 2008.

LUFT, GAL. **China's New Grand Strategy for the Middle East**. Disponível em: <[http://foreignpolicy.com/2016/01/26/chinas-new-middle-east-grand-strategy-iran-saudi-arabia-oil-xi-jinping/?utm\\_content=bufferdef9b&utm\\_medium=social&utm\\_source=facebook.com&utm\\_campaign=buffer](http://foreignpolicy.com/2016/01/26/chinas-new-middle-east-grand-strategy-iran-saudi-arabia-oil-xi-jinping/?utm_content=bufferdef9b&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MARSHALL, Andrew Gavin. **The U.S. Strategy to Control Middle Eastern Oil: "One of the Greatest Material Prizes in World History"**. Disponível em: <[andrewgavinmarshall.com/2012/03/02/the-u-s-strategy-to-control-middle-eastern-oil-one-of-the-greatest-material-prizes-in-world-history/](http://andrewgavinmarshall.com/2012/03/02/the-u-s-strategy-to-control-middle-eastern-oil-one-of-the-greatest-material-prizes-in-world-history/)> Acesso em: 09 jul. 2015.

MAUGERI, Leonardo. **The Shale Oil Boom: a U.S phenomenon**. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2013.

MILESTONES: **1969–1976: Oil Embargo**. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1969-1976/oil-embargo>> Acesso em: 07 jul. 2015.

NIXON, Richard. **Address to the Nation About National Energy Policy (November 25, 1973)**. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=4051>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Remarks at a Working Dinner of the Washington Energy Conference (February 11, 1974)**. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=4347>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

NYE, Robert. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente. 2009.

PAINTER, David. **Oil and American Century**. New York: The Johns Hopkins University Press. 1986.

STONES, Oliver. **Untold History of The United States**. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=arfpL93j5t4>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

THE ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. **Annual Statistical Bulletin**. Disponível em:  
<[http://www.opec.org/opec\\_web/en/publications/202.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/publications/202.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Brief History**. Disponível em:  
<[http://www.opec.org/opec\\_web/en/about\\_us/24.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm)> Acesso em: 09 jul. 2015.

U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Iran's natural gas infrastructure**. Disponível em <<http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/Iran/iran.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2016b.

\_\_\_\_\_. **Japan Oil Import**. Disponível em:  
<[https://www.eia.gov/beta/international/analysis\\_includes/countries\\_long/Japan/images/crude\\_oil\\_imports.png](https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Japan/images/crude_oil_imports.png)>. Acesso em: 01 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **RUSSIA: International energy data and analysis**. Disponível em:  
<<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=RUS>>. Acesso em: 02 jan. 2016b.

\_\_\_\_\_. **Today in energy**. Disponível em:  
<<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=15531>>. Acesso em: 26 dez. 2015c.

\_\_\_\_\_. **U.S. Imports from Persian Gulf Countries of Crude Oil and Petroleum Products**. Disponível em:  
<<http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=pet&s=mttimuspg2&f=a>>. Acesso em 03 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **US Imports of Crude Oil**. Disponível em:  
 <<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=pet&s=mcrimus1&f=m>>. Acesso em: 15 dez. 2015d.

\_\_\_\_\_. **Imports of crude oil (Gulf Coast)**. Disponível em:  
 <<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MCRIMP31&f=A>>. Acesso em: 15 dez. 2015e.

\_\_\_\_\_. **USA. Crude oil production**. Disponível em:  
 <[http://www.eia.gov/dnav/pet/pet\\_crd\\_crpdn\\_adc\\_mbbldpd\\_m.htm](http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_crd_crpdn_adc_mbbldpd_m.htm)>. Acesso em: 07 set. 2015b.

WAACK, William. As Guerras do Golfo. In: MAGNOLI, Demétrio. (Org.) **História das Guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 445-467.

YERGIN, Daniel. **A Busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

\_\_\_\_\_. **The prize: the epic quest for oil, money, and power**. New York: Simon & Schuster, 1991.

YETIV, Steve A. **Myths of the Oil Boom: American National Security in a Global Energy Market**. New York: Oxford University Press, 2015.

\_\_\_\_\_. **The absence of grand strategy: the United States in the Persian Gulf, 1972-2005**. Baltimore: the Johns Hopkins University Press, 2008.

X. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, Vol. 25, No. 4 (Jul., 1947), pp. 566-582  
 Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20030065>>. Acesso em: 20 out. 2011.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. **A Guerra do Golfo, os Estados Unidos e as Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/sandrohelenomoraiszarpelao.pdf> 2015>. Acesso em: 14 nov. 2015.